



# DIÁRIO

# da Assembleia da República

II LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1980-1981)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE JANEIRO DE 1981

Presidente: Ex.<sup>ma</sup> Sr. Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida

Secretários: Ex.<sup>mas</sup> Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Alfredo Pinto da Silva

Maria José Paulo Sampaio

José Manuel Mala Nunes de Almeida

**SUMÁRIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 45 minutos.

O Sr. Primeiro-Ministro (Francisco Pinto Balsemão) fez a apresentação do Programa do VII Governo Constitucional, o que se seguiram perguntas dos Srs. Deputados Mário Tomé (UDP), Herberto Goulart (MDP/CDE), Helena Cidade de Moura (MDP/CDE), António Vitorino (UEDS), César Oliveira (UEDS), Vilhena de Carvalho (ASDI), Portugal da Silveira (PPM), Vêga de Oliveira (PCP), Oliveira Dias (CDS), Salgado Zenha (PS) e Amândio de Azevedo (PSD), às quais o Sr. Primeiro-Ministro respondeu globalmente.

Entretanto o Sr. Presidente anunciou a entrada na Mesa de uma moção de rejeição do Programa do Governo, subscrita pelos partidos que integram a FRS.

A Mesa deu conhecimento da entrada de dois pedidos de inquérito à comunicação social estatizada, apresentados, respectivamente, pelo PSD e pelo PS.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 14 horas e 15 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

### Partido Social-Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.  
Alberto Augusto Faria dos Santos.  
Álvaro Barros Marques Figueiredo.  
Amândio Anes de Azevedo.  
Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.  
António Augusto Ramos.  
António Duarte e Duarte Chagas.  
António Roleira Marinho.  
António Sérgio Barbosa de Azevedo.

António Vilar Ribeiro.  
Arménio Jerónimo Martins Matias.  
Bernardino da Costa Pereira.  
Carlos Manuel Pereira Pinho.  
Cecília Pita Catarino.  
Cipriano Rodrigues Martins.  
Cristóvão Guerreiro Norte.  
Daniel Abílio Ferreira Bastos.  
Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.  
Fernando Manuel Cardote Barbosa Mesquita.  
Fernando dos Reis Condesso.  
Jaime Adalberto Simões Ramos.  
Jaime Carlos Marta Soares.  
João Afonso Gonçalves.  
João Aurélio Dias Mendes.  
João Evangelista Rocha de Almeida.  
João Manuel Coutinho Sá Fernandes.  
Joaquim Manuel Cabrita Neto.  
Joaquim Pinto.  
José Ângelo Ferreira Correia.  
José Augusto de Oliveira Baptista.  
José Augusto Santos da Silva Marques.  
José Manuel Pinheiro Barradas.  
José Mário de Lemos Damião.  
José de Vargas Bulcão.  
Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.  
Leonel Santa Rita Pires.  
Luís António Martins.  
Manuel António Lopes Ribeiro.  
Manuel da Costa Andrade.  
Manuel Ferreira Martins.  
Manuel Filipe Correia de Jesus.  
Manuel Maria Moreira.

Manuel Maria Portugal da Fonseca.  
 Manuel Ribeiro Arruda.  
 Manuel Vaz Freixo.  
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.  
 Marília Dulce Coelho Pires M. Raimundo.  
 Mário Dias Lopes.  
 Mário Júlio Montalvão Machado.  
 Mário Marques Ferreira Maduro.  
 Natália de Oliveira Correia.  
 Nicolau Gregório de Freitas.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
 Pedro Augusto Cunha Pinto.  
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.  
 Valdemar Cardoso Alves.  
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.  
 Virgílio António Pinto Nunes.

#### Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.  
 Alberto Marques Antunes.  
 Alfredo Barroso.  
 Alfredo Pinto da Silva.  
 António Duarte Arnaut.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António Magalhães da Silva.  
 António José Vieira de Freitas.  
 António Teixeira Lopes.  
 Aquilino Ribeiro Machado.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
 Guilherme Gomes dos Santos.  
 João Alfredo Félix Vieira Lima.  
 João Cardona Gomes Cravinho.  
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
 Jorge Fernando Branco Sampaio.  
 José Gomes Fernandes.  
 Júlio Almeida Carrapato.  
 Manuel Alegre de Melo Duarte.  
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Manuel Francisco da Costa.  
 Manuel dos Santos.  
 Manuel Trindade Reis.  
 Virgílio Fernando Marques Rodrigues.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.  
 Alberto Henriques Coimbra.  
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.  
 Alfredo Albano de C. Azevedo Soares.  
 António Jacinto Martins Canaverde.  
 António José Tomás Gomes de Pinho.  
 António Mendes de Carvalho.  
 Daniel Fernandes Domingues.  
 Diogo Pinto Freitas do Amaral.  
 Emílio Leitão Paulo.  
 Francisco Manuel L. V. de Oliveira Dias.  
 Henrique José C. M. Pereira de Moraes.  
 Henrique Manuel Soares Cruz.  
 João Cantinho M. Figueiras de Andrade.  
 João José M. Ferreira Pulido Almeida.  
 João Lopes Porto.  
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.  
 José Eduardo F. de Sanches Osório.  
 José Vicente de J. Carvalho Cardoso.  
 Luísa Maria Freire C. Vaz Raposo.

Manuel A. de Almeida de A. Vasconcelos.  
 Manuel Eugénio P. Cavaleiro Brandão.  
 Maria José Paulo Sampaio.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 Álvaro Favas Brasileiro.  
 Anselmo Aníbal.  
 António José de Almeida Silva Graça.  
 António da Silva Mota.  
 Armando Teixeira da Silva.  
 Carlos Alberto do Carmo da C. Espadinha.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Jerónimo de Carvalho Sousa.  
 Joaquim Miranda da Silva.  
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
 Jorge Patrício.  
 José Ernesto I. Leão de Oliveira.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 Josefina Maria Andrade.  
 Lino Carvalho Lima.  
 Manuel Lopes.  
 Manuel Rogério Brito.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Maria Ilda Costa Figueiredo.  
 Maria Odete Santos.  
 Mariana Grou Lanita da Silva.  
 Octávio Augusto Teixeira.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

#### Partido Popular Monárquico (PPM)

António Borges de Carvalho.  
 António Cardoso Moniz.  
 Gonçalo Pereira Ribeiro Telles.  
 Henrique Barrilero Ruas.  
 Jorge Victor M. Portugal da Silveira.  
 Maria José Pontes de Gouveia.

#### Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.  
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

#### União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António Manuel C. Ferreira Vitorino.  
 António Poppe Lopes Cardoso.  
 César Oliveira.

#### Movimento Democrático Português (MDP/CDE)

Herberto de Castro Goulart da Silva.  
 Helena Tâmega Cidade Moura.

#### União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 145 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 14 horas e 45 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Convido o Sr. Primeiro-Ministro e os restantes membros do Governo, que se encontram no Palácio de S. Bento, a entrarem na Sala.

*Entretanto, tomaram lugar na respectiva bancada o Sr. Primeiro-Ministro e restantes ministros.*

**O Sr. Presidente:** — Para proceder à apresentação do Programa do Governo, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro** (Francisco Pinto Balsemão): — Sr. Presidente: Ao usar da palavra nesta Câmara, pela primeira vez como Primeiro-Ministro, apresento a V. Ex.<sup>a</sup> e, através de V. Ex.<sup>a</sup>, a todos os deputados os meus sinceros e cordiais cumprimentos.

Nos termos constitucionais, tenho a honra de submeter à apreciação desta Assembleia o Programa do Governo.

Trata-se de um Programa para quatro anos. A maioria alargada que a Aliança Democrática obteve em 5 de Outubro passado garante um futuro de estabilidade governativa, circunstância que, nem por ser rara entre nós, deixa de representar um factor decisivo para levar a bom termo uma acção profícua em favor da melhoria da situação dos Portugueses.

Prosseguindo no caminho do Governo anterior, seremos fiéis à confiança reforçada que o povo português em nós depositou. Serão quatro anos difíceis, sem dúvida, mas durante os quais avançaremos na consolidação do Estado democrático, no reforço da sociedade civil e no progresso do bem-estar material e da qualidade de vida dos Portugueses.

**Vozes do PSD e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Para isso, contamos com a cooperação da Assembleia da República e, em particular, da maioria parlamentar de que o Governo é emanção. Foi a formação da Aliança Democrática que possibilitou a existência desta maioria e da estabilidade governativa que ela representa e implica. E ao votar, por duas vezes, Aliança Democrática, o povo português não apenas escolheu claramente governos com condições de actuação eficaz, porque apoiados numa maioria estável e coerente; optou também, e inequivocamente, por um projecto de sociedade.

Comungando dos mesmos valores ético-políticos e animados da mesma vontade de modernizar e democratizar o País, os membros do Governo e os deputados da AD prosseguem afinal idêntica missão através e pelo mandato nacional do voto. Por isso, o Governo tudo fará para estabelecer uma colaboração profunda e permanente com a maioria parlamentar, de que é a emanção e cujo apoio lhe está naturalmente garantido. A presença aqui de cento e trinta e quatro deputados da AD constitui a afirmação mais clara e positiva que até hoje os Portugueses fizeram sobre o destino que pretendem e as pessoas em quem confiam para gerir os seus interesses colectivos.

**Vozes do PSD e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas o Governo não se limitará a colaborar com a maioria. O respeito que nos merece uma

Assembleia directa e livremente eleita pelo povo leva-nos a ter em alta consideração o papel da oposição. Dela não esperamos concordância, naturalmente, mas crítica séria e construtiva, sem a qual a democracia não se concretiza. Esperamos, sobretudo, e já no debate em torno deste Programa, que a oposição, ao apreciar as nossas propostas, formule as indispensáveis alternativas, para que a discussão ganhe um sentido útil. Ela faltaria aos seus mais elementares deveres democráticos se visse no Parlamento apenas, ou sobretudo, um meio de agitação e de ataque indiscriminado ao Governo.

São problemas muito reais os que o Programa do Governo aborda e para os quais aponta soluções. O povo português decerto não compreenderia que, em vez de a uma análise séria das possibilidades e vias para a melhoria das suas condições de vida, o debate que se seguirá desse ocasião a controvérsias estérteis, animadas por simples conveniência partidária. Não é isso que de nós exige o País, perante o qual somos todos responsáveis.

A revisão constitucional é tarefa da presente legislatura. Tarefa decisiva para o futuro do País, na qual o Governo não irá interferir mas que acompanhará atentamente.

Importa expurgar do texto constitucional tudo o que nele é obstáculo à plena democratização das instituições. Lei Fundamental da Nação, e não bandeira de uns contra outros, a Constituição deverá consagrar um consenso nacional em torno dos valores essenciais e do funcionamento básico dos mecanismos democráticos, em vez de impor, como agora acontece, um projecto de organização económico-social. Só assim será possível levar plenamente a cabo a missão, que o Governo se impõe, de libertar a sociedade civil da tutela abusiva do Estado.

Note-se que com essa libertação é, antes de mais, o próprio Estado que sai reforçado. Porque a colectivização e a intervenção generalizadas de um Estado incapaz de se autolimitar significam, afinal, fraqueza e podem anunciar violência: os cidadãos deixam de reconhecer no Estado uma fonte de segurança e defesa contra o arbítrio. Ou seja, o Estado deixa de preencher as suas funções.

Daí não ser de espantar que, entre nós, o avanço exagerado da colectivização tenha sido acompanhado por um indesmentível florescimento de fenómenos de capitalismo selvagem. Os negócios ilícitos, a fraude e a evasão fiscais, o não cumprimento das obrigações perante a Previdência, foram, entre muitas outras, manifestações que acompanharam uma estatização incontida.

Por isso, a luta contra a burocratização da sociedade é, simultaneamente, um combate pelo verdadeiro reforço do Estado. A esta luz se deve compreender, por exemplo, o alcance do êxito conseguido pelo primeiro Governo da Aliança Democrática na redução drástica da fuga aos impostos e na cobrança das dívidas à Previdência.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Para nós, que prosseguiremos nesta linha, reforçar a autoridade do Estado democrático

e promover as condições para a autonomia da sociedade civil são faces da mesma moeda.

Importa, assim, que os poderes regionais e locais assumam crescentes responsabilidades, designadamente no plano dos investimentos.

O facto de esses poderes passarem a dispor de acrescidos recursos financeiros deverá ter correspondência, como se compreende, numa progressiva assunção de funções que têm cabido à Administração Central. E, também, com a necessária transferência de funções teremos de, a prazo, vir a encarar a transferência de funcionários, sem prejuízo dos respectivos direitos e carreiras.

Um Estado forte é um Estado descentralizado. A experiência, já tão rica, das autonomias regionais dos arquipélagos da Madeira e dos Açores será assim, continuada e aprofundada. A Nação, com isso, ganhará em vigor, sem nada perder em unidade.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** Por outro lado, o reforço do Poder Local constituirá também uma preocupação dominante. A centralização excessiva — e que tem, infelizmente, tradições muito antigas entre nós — abafa capacidades locais de iniciativa e desinteressa os cidadãos dos problemas que mais directamente os tocam. Por outras palavras, são o desenvolvimento do País e a democracia que ficam a perder.

A regionalização do continente, em moldes realistas e responsabilizantes do Poder Local, será, pois, uma direcção fundamental da nossa acção governativa.

Mas não é apenas descentralizando que o Estado se reforça, como não é apenas regionalizando que o Estado se reforça. Há, também, que repensar toda a Administração Pública e o seu modo de actuação. Há que reconciliar o cidadão com os serviços públicos, para que ele sinta que estes existem para o servir e ajudar, e não para lhe criar dificuldades. É uma tarefa imensa e que deve envolver todos os órgãos do Estado.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** Para a dinamizar, reaparece na estrutura do Governo o Ministério da Reforma Administrativa.

Uma Administração Pública desburocratizada e modernizada é-nos exigida, além do mais, pela próxima adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

Esta adesão, que se concretizará durante o período da presente legislatura, representa um facto político de primeira grandeza, para além de todas as mais importantes consequências económicas e sociais.

Repare-se que a entrada no Mercado Comum era uma hipótese inviável tanto na vigência do regime autocrático anterior ao 25 de Abril como durante o período revolucionário, em que nos ameaçavam totalitarismos de sinal contrário.

Só prosseguindo com a institucionalização da democracia pluralista foi possível avançar no sentido da Europa da CEE.

Significa isto que entrar no Mercado Comum representa, em primeiro lugar, a consagração de Por-

tugal como democracia de tipo ocidental. Por isso, os que, entre nós, se opõem a esse entendimento da democracia são, logicamente, adversários da adesão à CEE. Inversamente, as forças democráticas que apoiaram e apoiam a adesão devem, também logicamente, tirar as consequências da sua opção, e não pretender para Portugal um figurino económico-social divergente ou até oposto ao que vigora nos países da Comunidade, o que, de novo, levanta a questão candente da revisão constitucional.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** Entrar no Mercado Comum não deve, porém, ser encarado como se de um mero prémio de bom comportamento democrático se tratasse. É natural e justificada a satisfação dos democratas portugueses pelo facto de se encontrarem preenchidas as condições políticas indispensáveis para fazer parte da CEE. Mas entrar na Europa não é um prémio: é, acima de tudo, um desafio.

É um desafio porque a integração na CEE só será para nós um êxito se formos capazes de reformar profundamente mentalidades, estruturas e métodos de trabalho.

Deste modo, a perspectiva da nossa adesão, para além do complexo problema diplomático das negociações em Bruxelas, coloca toda uma série de exigências de urgente reforma da vida económica e social portuguesa. Digamos que, hoje, passa pela Europa o nosso acesso à modernidade.

E, se das Comunidades Europeias podemos esperar estímulo e auxílio — como mostra, por exemplo, o programa das chamadas «acções comuns» recentemente aprovado —, é fundamentalmente de nós que tem e terá de partir o esforço. Valerá a pena fazê-lo? Perante as dificuldades que se antevêm — e que vão desde a modernização da agricultura até à reforma administrativa —, há, talvez, quem ache mais cómodo continuar a viver como dantes. Só que quem assim pensa não se apercebe de que isso não é possível. Um pequeno país como Portugal, senão quiser — e não quer — enveredar por uma colectivização que o feche ao exterior, tem de viver cada vez mais inserido nos grandes fluxos internacionais de mercadorias, capitais, tecnologia e pessoas. Uma democracia, em Portugal, implica necessariamente um regime aberto ao exterior.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** Se é assim, revela-se uma ilusão admitir a hipótese de manter protecctionismos, alfandegários ou outros, para permitir a sobrevivência de actividades antiquadas. O embate da concorrência externa virá em qualquer caso com ou sem Mercado Comum. Mas, na opinião do Governo e da maioria dos portugueses, é bem preferível que ele venha, então, com a integração ordenada numa Comunidade à qual nos ligam profundos laços culturais, históricos e económicos e onde já trabalham largas centenas de milhares de compatriotas nossos. Tudo faremos para que esse desafio seja o estímulo eficaz para que Portugal deixe de ser um país arcaico. Por isso, surge, pela primeira vez na estrutura do Governo, o Ministério da Integração Europeia.

No plano da política externa — que, nos termos constitucionais, será concebida e executada pelo Go-

verno —, a conclusão das negociações da adesão às Comunidades Europeias constitui tarefa prioritária. O facto de outros países da Europa do Sul estarem, ou terem estado, igualmente empenhados em negociações semelhantes não impedirá que Portugal prossiga, com plena autonomia, as suas diligências. Trata-se de negociações bilaterais, envolvendo, apenas, os méritos do caso português.

A fidelidade activa à Aliança Atlântica — que consideramos uma organização de importância vital, em particular neste momento de graves tensões internacionais, com os factos do Afeganistão e o fantasma da Polónia sempre presentes — representa outra coordenada essencial da nossa política externa. E, porque aderimos, sem reservas, ao sistema de valores que a NATO exprime, Portugal assumirá plenamente o seu papel na luta pela protecção nacional e internacional dos direitos do homem, sem prejuízo da não interferência nos assuntos internos dos outros Estados.

Refaremos os mecanismos da promoção da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, não esquecendo que a nossa língua é património comum de numerosos países. Mais uma razão, pois, para encarmos com particular interesse as ligações com os países de expressão portuguesa, que aprofundaremos na base de relações de Estado a Estado. Prosseguirão as diligências internacionais consideradas convenientes no sentido de permitir ao Povo de Timor Leste a plena realização dos seus direitos e aspirações, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** Congratulamo-nos, por fim, que estejam criadas as condições para o aprofundamento das relações com os países árabes.

Para além da actuação da diplomacia portuguesa nos planos político, cultural e económico, o Governo lançará uma intensa política de protecção e apoio aos emigrantes portugueses no estrangeiro e seus descendentes.

O Governo tem uma concepção global da política de defesa nacional, que não se confina à dimensão militar ao visar garantir a independência do País, a integridade do território e a segurança colectiva da área geopolítica a que Portugal pertence.

Com a revisão constitucional, estabelecer-se-ão certamente as condições para uma organização integrada da defesa nacional, cabendo então ao Governo a função de direcção e gestão das forças armadas, o que implicará importantes reformas estruturais. Entretanto, até à revisão constitucional, iremos preparando e estudando as medidas que preparem a reintegração, sem dificuldades, das forças armadas no poder civil democraticamente escolhido pelo Povo.

A segurança dos cidadãos — uma componente essencial da liberdade — não se promove, porém, apenas no plano da defesa ou em conjugação com ele. No nosso entendimento, essa segurança vai mais longe, até, do que a protecção (que reforçaremos) das pessoas contra a criminalidade e a marginalidade.

Importam, também, a defesa da privacidade e da autonomia individual, a estabilidade do emprego, a segurança na doença e na invalidez, a prevenção no trabalho e na estrada, a velhice assegurada.

A defesa intransigente da autoridade democrática do Estado e do primado da lei constitui uma primeira condição para que a segurança dos cidadãos seja efectiva. Promoveremos, aliás, as reformas legislativas que se imponham para uma mais adequada administração da justiça. Mas a justiça social, em que nos empenharemos, constitui outra dimensão básica para que se estabeleça um clima de confiança no futuro.

Há problemas graves a resolver e que enfrentaremos com coragem e decisão. Avançaremos na resolução das notórias carências habitacionais que afligem muitos milhares de famílias portuguesas, afectando, particularmente, os jovens. Promoveremos o tratamento da doença em tempo devido, no quadro de um serviço nacional de saúde possível, justo e eficiente.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** E asseguraremos que o sistema educativo seja mais de realização pessoal para todos os Portugueses, contribuindo, ao mesmo tempo, para abater barreiras discriminatórias à capacidade de aquisição de bem-estar.

Outro Ministério, o da Qualidade de Vida, faz também a sua aparição pela primeira vez. Talvez pela novidade, ele terá suscitado alguma estranheza, sobretudo a sectores que, dizendo-se progressistas, acabam por ser os mais reacccionários.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** Naturalmente que todas as acções governativas e, portanto, todos os departamentos ministeriais têm alguma coisa a ver com a qualidade de vida. Mas há sectores onde se torna mais sensível a exigência de uma preocupação com aspectos não meramente quantitativos do desenvolvimento económico-social e que muito influenciam o maior ou menor bem-estar das pessoas.

Aliás, sendo Portugal um país não excessivamente rico, infelizmente, em recursos materiais, dir-se-ia que, por maioria de razão, deveria dedicar uma particular atenção às possibilidades de aumentar a felicidade pessoal e social através de intervenções qualitativas, que não impliquem volumosos dispêndios financeiros.

Está neste caso, por exemplo, a Secretaria de Estado do Ordenamento e Ambiente, que poderá evitar uma expansão desordenada e irresponsável, regida por metas puramente quantitativas e delapidadoras de recursos.

Noutro plano, a comunicação social deverá fornecer as condições para que o cidadão se sinta integrado na comunidade em que vive, compreendendo os seus problemas e podendo avaliar criticamente as várias propostas que, em democracia, sempre devem existir.

**Aplausos do PSD.**

É pelos meios de comunicação de massa que nas sociedades modernas se processa boa parte da ligação de cada um de nós ao mundo. E o mundo que a comunicação de massa reflecte tem, portanto, de ser o mundo como ele é: livre ou sem liberdade, rico ou pobre, e sempre, mas sempre, complexo. Um mundo com dúvidas e ambiguidades e não apenas com as simplificações terríveis da propaganda política e ideológica.

Integrada, também, no novo Ministério, a Secretaria de Estado dos Desportos terá uma acção relevante para a promoção efectiva da qualidade de vida, dado o papel que o desporto ocupa na utilização saudável dos tempos livres, em particular no que respeita aos jovens.

A área da juventude suscita, aliás, algumas fundadas preocupações, na crise endémica das sociedades de hoje. Não espanta que muitos jovens se sintam sem destino e sem esperança. Nem sempre, porém, isso acontece. Não esqueçamos, por exemplo, como foi importante para as vitórias da Aliança Democrática o apoio entusiástico de parte significativa da juventude portuguesa, como que a demonstrar que os jovens procuram projectos, justos e prometedores, em que possam e em que queiram efectivamente empenhar-se.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Dedicaremos, por isso, uma atenção muito particular à juventude e aos seus problemas (cuja resolução, é evidente, envolve muitos sectores, desde o ensino à habitação e ao emprego). Sabemos que estaremos na linha certa se pudermos continuar a contar com o apoio da juventude — e por tal nos esforçaremos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A juventude é, hoje, a principal vítima da crise económica que afecta o mundo.

Depois de um quarto de século de forte expansão produtiva e praticamente de pleno emprego, os países industrializados entraram, na década de setenta, num período de crescimento lento ou nulo, com a ocorrência simultânea de altas taxas de inflação e desemprego. Embora não possa considerar-se como única causa responsável por esta situação, a vertiginosa alta de preços do petróleo tem contribuído fortemente para o agravamento das dificuldades sentidas.

A crise económica não é, contudo, exclusiva dos países de economia de mercado. Nos países de Leste também ela se faz sentir, embora de outras formas, se bem que a colectivização oculte temporariamente alguns desequilíbrios de base.

**Vozes do PSD: — Apoiado!**

O Orador: — Mas estes começam a vir à superfície — por vezes de maneira clara e violenta.

Anos sucessivos de crise, e sem perspectivas de superação à vista, geraram um certo cepticismo sobre as políticas económicas tradicionalmente seguidas.

Ao contrário do que aconteceu, por exemplo, com a grande depressão dos anos trinta, as actuais dificuldades económicas nos países ocidentais não têm, porém, conduzido a apostar cada vez mais no intervencionismo estatal.

Pelo contrário, enquanto, nas economias colectivizadas, a crise é um dos factores que impulsiona o movimento de libertação das formas totalitárias de controle do Estado, a Ocidente, do mesmo modo, a tendência aponta no sentido da redescoberta das virtualidades da iniciativa privada e do mercado. Há a sensação de que, por vezes, a intervenção do Estado foi longe de mais, gerando a burocracia paralisante, desmotivando a iniciativa de pessoas e colectividades,

cortando a relação entre o esforço individual e a contrapartida de benefícios, acabando por afectar as liberdades básicas da pessoa e do cidadão.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em Portugal, estamos particularmente bem colocados para julgar com severidade os excessos da colectivização, pois muitos se cometeram durante o período revolucionário e só em parte foram entretanto corrigidos. Por isso, o Governo quer e lutará pela libertação da sociedade civil, ou seja, pela libertação das energias criadoras de riqueza, que o coleite-de-forças do intervencionismo e da burocracia estatais têm impedido de se manifestar, com manifesto prejuízo para o desenvolvimento do País.

Rejeitamos tanto o paternalismo do Estado anterior ao 25 de Abril, que só beneficiava alguns e contribuía para manter na menoridade a iniciativa privada, como a colectivização posterior.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Chegou a hora de favorecer, sem tutelas asfixiantes e sem ambiguidades, a expressão das capacidades de iniciativa e de progresso do povo português.

Para isso, é indispensável um Estado democrático forte, capaz de estabelecer regras claras e transparentes. Aqui também continuaremos a obra do Governo anterior, que já se traduziu numa apreciável retoma de confiança dos agentes económicos.

Contamos, assim, com o esforço e a iniciativa de todos para, num condicionalismo externo reconhecidamente adverso, atingirmos o primeiro objectivo da nossa política económica, que é o de melhorar as condições de vida das famílias portuguesas.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

O Orador: — Isto será conseguido não só através do aumento do nível médio de vida como através da redução das desigualdades na distribuição do rendimento e no volume de desemprego.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Creio que hoje, todos estaremos conscientes de que a inflação descontrolada representa o primeiro inimigo da melhoria do poder de compra da população e, em particular, dos seus extractos com menor poder reivindicativo. Sem um combate efectivo à alta de preços não haverá desenvolvimento económico nem justiça social.

Não tomaremos, assim, uma atitude de condescendência perante as tensões inflacionistas. Bem pelo contrário, procuraremos reduzir a taxa de inflação (que no ano findo terá ficado um pouco acima dos 17 %), para o nível de 16 % em 1981, de modo a que, no final do período de quatro anos desta legislatura, essa taxa não exceda a que se verificar, em média, nos países da CEE.

**Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!**

O Orador: — Conter a alta de preços exige um grande esforço a todos nós. Há que reduzir gastos e, acima de tudo, que assegurar uma maior produtivi-



dade dos recursos humanos e financeiros empregados. Uma das grandes batalhas dos próximos anos será a da produtividade, que entre nós é, em muitos sectores e actividades, dramaticamente mais baixa do que na Comunidade Europeia, onde queremos e vamos integrar-nos.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Maior produtividade não significa, apenas, maior esforço de aplicação individual no trabalho. Significa, também, uma mais criteriosa aplicação dos recursos — nunca se podendo perder de vista os custos reais — e uma melhor organização dos factores de produção.

A indispensável modernização da nossa agricultura, a orientação da nossa indústria para actividades capazes de competirem no mercado mundial, a racionalização dos circuitos comerciais e a eficiência da Administração Pública e dos serviços — nada disso será possível sem avanços significativos na área da produtividade, implicando uma cada vez maior reponsabilização de cada um nas tarefas a que se dedica e sem esquecer que a compensação material pelo trabalho terá de reflectir o empenhamento nele posto.

Será através de investimentos capazes de assegurar uma boa taxa de produtividade que poderemos aumentar o ritmo de expansão da actividade económica e, assim, reduzir o desemprego.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

É que não interessa ao País combater o desemprego criando simultaneamente o subemprego, isto é, postos de trabalho improdutivos, que todos, afinal, acabaremos por pagar. Seria enganarmo-nos a nós próprios.

Lutaremos, portanto, e vigorosamente, contra o desemprego, que consideramos de nível intolerável. Mas fá-lo-emos procurando que os postos de trabalho a criar representem algo de sólido, contribuindo para o aumento da riqueza nacional.

*Aplausos do PSD e do PPM.*

A ênfase que damos na libertação da sociedade civil e nas capacidades criadoras da iniciativa dos cidadãos, dos grupos sociais e das regiões não nos leva a menosprezar o papel fundamental do Estado na promoção da justiça social.

A liberdade real que pretendemos para cada português assenta também na justiça económica e social, de que o Estado não pode alhear-se. Caminharemos, assim, no sentido de uma repartição mais equitativa dos rendimentos, atenuando disparidades sociais e regionais, — que o mero funcionamento dos mecanismos do mercado tende a manter e a agravar, mas não mitificaremos o papel assistencial do Estado nem incentivaremos a massificação das prestações sociais. Dar-se-á uma especial atenção aos mais carecidos de ajuda: os deficientes, os idosos, os desalojados.

E caminharemos, decidida e firmemente, no sentido da reforma do sistema de impostos, procurando garantir uma maior justiça fiscal e impedir que o peso excessivo dos impostos pessoais se converta não só numa falta de estímulo ao trabalho como num convite à evasão e à fraude.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A democratização de vida dos Portugueses exige a existência de equipamentos colectivos e infra-estruturas, que compete ao Estado desenvolver, no campo da habitação, da saúde, da educação, dos transportes do desporto. Dada a contenção das despesas públicas, que constitui e constituirá, por muitos anos, imperativo para qualquer governo responsável, procuraremos encontrar fórmulas que permitam, sem perda de qualidade, o financiamento das novas infra-estruturas e equipamentos, evitando sobrecarga imediata para o Orçamento Geral do Estado.

Igualmente, na área das relações de trabalho, não se demitirá o Governo da sua função de garantir as condições de uma efectiva defesa dos direitos fundamentais reconhecidos aos trabalhadores e empresários sem perder nunca de vista o bem-estar geral da comunidade. Mas procurar-se-á que as associações sindicais e patronais exerçam, efectivamente, um papel de defesa dos respectivos interesses, em termos de responsabilidade e solidariedade para com a sociedade.

Imponta que os parceiros sociais assumam, cada vez mais conscientemente, a sua autonomia colectiva, contribuindo para a resolução concertada de eventuais conflitos. Só assim eles poderão constituir factor de progresso e de modernização social. E só assim deles poderá surgir um contrato social capaz de fortalecer a liberdade e de acelerar o desenvolvimento, que, em tempo de incerteza e de dificuldades, a Nação evidentemente deseja e o Governo se compromete a favorecer.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A esperança e vontade de mudar trouxeram, de novo, à Assembleia da República uma maioria da Aliança Democrática.

«Aos que nos elegeram, solenemente prometemos não desiludir a esperança nem trair a vontade.»

Esta promessa que Francisco Sá Carneiro fez há um ano, na apresentação do I Governo da Aliança Democrática, repito-a hoje, com a consciência da responsabilidade que ela constitui, mas com a certeza íntima e a decisão absoluta de a cumprir. Esse cumprimento constituirá, aliás, a melhor homenagem que o Governo pode prestar tanto a Francisco Sá Carneiro, à sua obra e à sua mensagem, como a dois outros deputados tragicamente falecidos a 4 de Dezembro, Adelino Amaro da Costa e António Patrício Gouveia.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Queremos liberdade, justiça social e Governo estável para quatro anos. Porque os Portugueses também o querem, e apenas por isso, estamos aqui.

Não se alimentem ilusões sobre a possibilidade de nos demover ou afastar. Até 1984 não haverá novas eleições legislativas.

O Presidente da República certamente não dissolverá a Assembleia da República por razões que nela própria não tenham origem, porque semelhante acto

negaria essenciais princípios da democracia representativa e acabaria por entregar o poder, de facto, a partidos ou grupos de pressão, a que, pelo voto, os Portugueses não confiaram o seu destino.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Em tais circunstâncias, a dissolução conduziria logicamente ao arbítrio e, eventualmente, à violência e ao começo do fim da liberdade.

Por outro lado, a Aliança Democrática encontra-se unida e permanecerá unida. Ninguém — nenhum membro do Governo, nenhum deputado, nenhum dirigente partidário, nenhum militante — deseja assumir perante o País a terrível responsabilidade histórica de propor, ou promover, a sua divisão ou dissolução.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

A oposição que não conte, portanto, com a nossa ajuda, e, se na verdade pretende substituir-nos, pense, de preferência, em ganhar os votos de que precisa em 1984.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

O Governo e a oposição receberam o seu mandato, directa e legitimamente, em eleições livres. O seu papel e o seu dever consistem em cumpri-lo.

E para afirmar sem margem para dúvida que este seu propósito é claro e firme, como deve ser, o Governo decidiu pedir à Assembleia da República a aprovação de um voto de confiança sobre a política que se propõe seguir e consta do Programa agora apresentado.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Está suspensa a sessão por trinta minutos.

*Eram 15 horas e 35 minutos.*

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

*Eram 16 horas e 20 minutos.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de continuarmos o debate referente ao Programa do Governo, a Mesa tem a informar que foram entregues dois ofícios solicitando a comparência de alguns Srs. Deputados para deporem em tribunal. Assim, o primeiro é procedente do Tribunal Judicial de Vila Nova de Gaia e solicita a comparência do Sr. Deputado Fernandes da Fonseca num julgamento a realizar no próximo dia 22 e no qual deve depor como testemunha. O segundo ofício solicita, para o próximo dia 23, às 9 horas e 30 minutos, a comparência no Tribunal da Boa-Hora, a fim de deporem também como testemunhas, dos Srs. Deputados Almeida Santos e Raul Rego.

Pede-me o Sr. Presidente da Comissão de Regimento e Mandatos que, perante a urgência das datas e sem precedência de parecer, até porque todos os Srs. Deputados em causa manifestaram já a sua concordância em comparecerem nessas diligências, a Câmara se pronuncie directamente sobre as solicitações destes dois tribunais. Nesse sentido vou pôr à

consideração da Assembleia a concessão das referidas autorizações.

*Consultada a Assembleia, foram concedidas as autorizações solicitadas.*

O Sr. Presidente: — A Mesa anuncia também que, ainda antes da suspensão dos trabalhos agora recomeçados, deu entrada na Mesa uma moção de rejeição do Programa do Governo, subscrita por deputados dos partidos que integram a FRS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, é apenas para, nos termos do artigo 79.º do Regimento, pedir a interrupção dos trabalhos por mais meia hora.

O Sr. Presidente: — É um pedido regimental. Está deferido.

Está suspensa a sessão.

*Eram 16 horas e 25 minutos.*

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

*Eram 17 horas e 15 minutos.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, na reunião dos representantes dos grupos parlamentares em que se estabeleceram os tempos para a apresentação e debate do Programa do Governo, realizada na passada quarta-feira, não foi explicitamente discutido, mas parecia implícito, que a faculdade regimental de pedir meia hora de suspensão dos trabalhos estava arredada em razão da fixação desses tempos.

O Sr. Deputado Magalhães Mota há pouco pediu a suspensão regimental por trinta minutos. A Mesa deferiu o pedido, mas por consulta que fiz aos grupos parlamentares, não a todos, mas que será confirmada na reunião de representantes dos grupos parlamentares, que convoco desde já para o próximo intervalo, logo a seguir ao período de pedidos de esclarecimento ficou combinado que não funcionará a prerrogativa regimental de voltar a pedir os trinta minutos de suspensão regimental, porque isso perturbará e adulterará por completo o tempo que se estabeleceu para este debate.

Posto isto, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé para pedir esclarecimentos, dispondo para o efeito de quinze minutos.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Como já sabíamos e o Sr. Primeiro-Ministro reafirmou, o VII Governo prossegue na senda do VI.

Os capitalistas regozijam-se e, por mais que queira fingir que o ignoram, sabem muito bem que os trabalhadores vão suportar o peso da crise sobre os seus ombros.

O Sr. Primeiro-Ministro falou e o Programa refere-se obviamente ao combate à inflação. Pois bem: quais são, no seu entender, as causas da inflação, de uma forma geral, e no nosso país, em particular?

Acha que o aumento do preço do petróleo é um factor inflacionista?

A falta de estruturas de apoio à agricultura pode, no encarecimento dos preços que provoca, considerar-se um factor de inflação? e a seca e a geada negra?



Os factores que numa economia capitalista fazem subir os preços são, na sua generalidade, a causa da inflação?

O aumento de produtividade, a que tanto se refere, é um factor que se opõe à inflação?

Quem promove a produtividade na economia capitalista? Quem a impõe? Quem a controla?

Acha que a valorização do escudo — que permitiu baixar a taxa de subida de preços — é um factor que se opõe à inflação?

Os grandes capitalistas têm visto os seus lucros reduzidos com a subida dos preços ou viram-nos realmente superaumentados?

As despesas militares, a contribuição para as despesas da NATO, são ou não factores essenciais de inflação, no entender do Sr. Primeiro-Ministro?

Em 1975 — no período a que gosta de chamar de convulsivo e doloroso, de confusão, de desestabilização e quase totalitarismo — na distribuição do rendimento nacional couberam 63 % ao trabalho, e hoje essa quota-parte não ultrapassa os 50 %, menos 16 %, portanto. A que atribui esse facto? À falta de produtividade? À Reforma Agrária? Às nacionalizadas? Ao sector público? À confusão ou ao totalitarismo?

Nas perspectivas que anuncia do relançamento do investimento, que lugar cabe à Setenave, colocada em situação económica difícil numa altura em que detém uma confortável carteira de encomendas? Não terá isso a ver com a nacionalização dos prejuízos e a reprivatização dos lucros?

Os trabalhadores da Messa lutam desde há muito pela manutenção dos seus postos de trabalho e pela viabilização da empresa. Contudo, as promessas do Governo de que viabilizaria a empresa nunca foram cumpridas, nem mesmo a promessa pessoal do ex-Secretário de Estado das Finanças de que o problema da Messa seria resolvido até final de 1980.

Essa promessa limitou-se apenas a entregar a gestão da Messa ao IPE, que até ao momento não tomou quaisquer medidas de saneamento financeiro da empresa.

Pensa, pois, o Governo resolver o problema dos trabalhadores da Messa?

Que medidas concretas de apoio à Messa vão ser tomadas pelo Governo?

Pode o Governo garantir que os trabalhadores da Messa não perderão os seus postos de trabalho e que os seus salários serão pagos?

Dando primazia à lei, como anuncia, que pensa fazer relativamente ao respeito pela lei — quatro vezes reafirmada pelo Supremo Tribunal — em relação ao escandaloso despedimento das operárias da Standard Eléctrica?

Vai impor a reintegração das trabalhadoras despedidas, ou continuará a submeter-se aos interesses da ITT, das multinacionais e do imperialismo, como o fez o VI Governo, de que se considera digno sucessor, e como aponta a vontade expressa de integração na CEE e de continuação na NATO e, mais longe ainda, da completa subordinação aos interesses americanos?

Para o Sr. Primeiro-Ministro a descentralização regional e autárquica é um bem, desde que os «negócios» possam ficar nas mãos dos privilegiados de sempre.

A qualidade de vida também é para essa gente!

Acha que a comunicação social estatizada, nomeadamente a RTP de Proença de Carvalho, vai ou não contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos ricos em detrimento da dos trabalhadores?

A propósito convém referir que estava combinado que a RTP faria hoje a cobertura integral da sessão, isto é, no discurso do Sr. Primeiro-Ministro e do dos deputados, mas mais uma vez, houve uma falha — não sei se desta vez também técnica — e a RTP já se estava a preparar — não por culpa, com certeza, dos elementos que aqui estão — para não fazer a cobertura necessária, que o público exige, da actualização dos deputados nesta sessão.

A desburocratização da Administração Pública, de que fala, refere-se ao despedimento de milhares de trabalhadores da função pública ou, antes, podemos entender essa declaração como um compromisso público de que vai pagar os 25 milhões de contos que são devidos às autarquias e que, finalmente, vai cumprir a lei das autarquias locais, ao contrário dos governos anteriores?

A CEE está em grande crise. Despedimentos, desemprego — são 7,5 milhões de desempregados —, greves de milhões, paralisação de sectores significativos de produção, falências, superproduções, défices astronómicos nas balanças de pagamento de cada país com o exterior, etc., provocam contradições internas de difícil resolução, que apontam mais para a divisão do que para a unidade desse império dos monopólios.

Pensa o Governo que a integração de Portugal na CEE funcionará em sentido contrário, isto é, trar-nos-á melhoria de emprego, crescimento económico, etc.? Nesse caso, a que razões atribui esse milagre?

No que se refere à política externa, vai o VII Governo prosseguir a adesão subserviente aos interesses estratégicos americanos?

A AD pronunciou-se contra a invasão do Afeganistão. Vai o Governo tomar uma firme posição contra a ingerência dos Estados Unidos em S. Salvador ou dos seus lacaios de serviço, a Guatemala e as Honduras?

Concretamente, que medidas pensa o Governo adoptar para pressionar os fascistas e os racistas da República da África do Sul a cumprirem as decisões da ONU relativas à Namíbia, que ilegítimamente ocupam e violentam, não reconhecendo a legitimidade da SWAPO, que há mais de uma dezena de anos conduz uma heróica luta de libertação nacional?

Reconhece ou não o Governo a República Democrática de Timor Leste e a legitimidade do seu Governo, assim como a representatividade da Fretilim dos interesses de Timor Leste?

Como explica o incentivo que está a ser dado a movimentos fantoches sem qualquer representatividade e total divórcio da luta heróica que o povo mauber está a travar contra o invasor indonésio?

Que medidas concretas apresenta o Governo para resolver este problema, já que Portugal não pode, em nenhuma circunstância, alhear-se das responsabilidades históricas que com o 25 de Abril assumiu perante o Mundo?

Reconhece o Governo razoabilidade à teoria política expressa pelos Estados Unidos do direito de intervir em qualquer parte do Globo onde aquilo que consideram ser os seus interesses possam estar em causa? Reconhece o Governo que os Estados Unidos

apoiam e têm apoiado essencialmente os Estados e governos fascistas, racistas e colonialistas e que a sua acção se determina no sentido de impedir a auto-determinação e a luta revolucionária e independente dos povos?

Como concilia isso com o vosso apoio total à política externa dos Estados Unidos e com o artigo 7.º da Constituição.

Ou a Constituição por que se tem regido a AD — e essa é a nossa opinião — não é a vigente, mas sim a outra com que sonha?

Que posição pensa o Governo adoptar em relação à central nuclear de Sayago, que tantos prejuízos imediatos e futuros vai trazer ao nosso país, ao nosso povo, desde Miranda do Douro até à Foz?

E acerca da energia nuclear no nosso país vai «desconhecer» todos os riscos iminentes de adopção dessa forma de energia para o nosso país?

Vai ou não lançar-se na aventura, que pode ser catastrófica, da energia nuclear?

Em relação às pescas, como encara a subordinação aos interesses espanhóis nas nossas águas que vão desde a praia às 6 milhas, das 6 às 12 milhas e para além destas?

Nesse contexto particular, inserido no contexto muito mais vasto da defesa, como encara o V Acordo Suplementar Hispano-Americano de 1976? Pode ou não ter grande influência nos nossos interesses nacionais?

Que pensa fazer para o desenvolvimento da nossa frota pesqueira?

Como encara esse Acordo, que se sobrepõe aos próprios interesses da NATO, que este Governo diz defender?

Como explica, numa altura em que os próprios países da NATO — nomeadamente a República Federal da Alemanha e a França — mostram cada vez mais contradições com os interesses dos Estados Unidos, em que a unidade da aliança está cada vez com mais evidência em causa, um tão servil alinhamento de Portugal com os interesses americanos?

Qual a posição do Governo acerca do estacionamento — aliás já efectivo, quer como consequência dos laços com os Estados Unidos, quer como consequência do V Acordo Hispano-Americano — de submarinos nucleares não só nas águas do Iberland mas também nas dos Açores e mesmo muito provavelmente em Vila da Praia da Vitória, junto às Lajes?

Sabe o Governo que hoje o interesse estratégico dos EUA na Base das Lajes tem como fundamento a instalação de armas nucleares estratégicas e que, se os EUA forem obrigados a recuar no Médio Oriente, a Base das Lajes será transformada numa fortaleza nuclear, o que, em caso de conflito, significará pura e simplesmente a destruição dos Açores?

O povo dos Açores foi informado acerca dos tremendos perigos que corre com a instalação ou permanência de armamento nuclear na sua terra e consultada a sua opinião?

Que defende realmente o Governo? O povo ou os interesses criminosos das multinacionais que controlam o Estado Americano?

A única alternativa do Governo para o aproveitamento do potencial geo-estratégico do nosso país é vendê-lo aos Americanos?

É apenas nessa — aliás natural e coerente — perspectiva mercantilista que o Governo se move?

Já pensou como seria proveitoso para o nosso povo a usura do nosso espaço estratégico e uma política independente e até de relacionamento com os países do Sul da Europa e Norte de África no sentido de não expor o nosso povo às consequências da rivalidade entre as superpotências?

Na perspectiva da subordinação das nossas forças armadas ao poder político, como encara a americanização dos quadros?

Bem, certamente.

Como encara a utilização de critérios políticos evidentes para a selecção, promoção e distinção dos quadros, nomeadamente critérios relacionados com a adesão ou não aos conceitos estratégicos dos EUA e aos seus padrões político e sociais?

Como interpreta as palavras do general Haig de que a NATO é uma forma eficaz de obviar aos movimentos revolucionários nos países que a integram?

E que diz às palavras de um bispo brasileiro de que «a luta de classes é uma realidade, embora não a desejemos» (ele e os senhores)?

Nós acrescentamos: e ela (luta de classes) só acabará com a verdadeira e completa extinção das classes, ou seja, com a liquidação da exploração e do capitalismo, que os senhores tão bem e zelosamente defendem.

Foi isso que os povos do Mundo já viram e é por isso que lutam.

O nosso povo também, e com ele a UDP.

O Sr. Presidente: — Em representação do MDP/CDE, tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Goulart.

O Sr. Herberto Goulart (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: O Programa que o VII Governo Constitucional traz a esta Assembleia da República apresenta-se, ambiciosamente, como um programa de legislatura e, assim, estrutura-se essencialmente em indicações genéricas de objectivos e em intenções gerais, mesmo nas várias áreas ministeriais.

Dada a ambição do Programa, compreende-se, admite-se, que assim seja estruturado, mas agora não se trata de um programa eleitoral, trata-se, por parte do Governo, de assumir responsabilidades perante este órgão de soberania e perante o País.

As grandes linhas do Programa, cujo sentido global pôde apenas ser apreendido no curto tempo para leitura de que dispusemos, ficarão para comentar no período de debate que se iniciará na próxima semana. Todavia, por agora há questões concretas, que são fulcrais no momento político português, sobre as quais o Programa é omissivo.

Mais do que em representação de um partido da oposição entendo que, como deputado, como membro deste órgão de soberania, tenho o direito de colocar ao Governo, e o direito de exigir que ele me responda um conjunto de questões que de seguida irei enumerar.

A primeira questão tem ainda um carácter de generalidade. Do programa do governo, segundo a Constituição da República, constarão as principais medidas políticas e legislativas para execução da Constituição. A orientação política e económica traçada neste Pro-

grama do Governo nada tem a ver com a Constituição da República de 1976. Teria a ver, isso sim, com a Constituição de 1933. O Programa do Governo neste aspecto teria até total cabimento e coerência lógica se estivesse a ser apresentado nesta Casa não em 16 de Janeiro de 1981, mas em 16 de Janeiro de 1969, no auge da «Primavera marcelista».

**Uma voz do PCP: — Muito bem!**

**O Orador: —**No sector da defesa nacional, por exemplo, o Programa do Governo — e o Sr. Primeiro-Ministro também se referiu expressamente a isso — aponta para duas fases de actuação: a anterior e a posterior à revisão constitucional. Porém, em toda a área económica nada disto acontece.

Assim, a primeira questão muito concreta que pretendo colocar ao Governo é a seguinte: trata-se neste campo ou não de um programa condicional de governo? O Governo tem o direito de pretender actuar de acordo com o projecto político das forças que lhe dão suporte, mas tem também, e principalmente, a obrigação de respeitar o quadro legal definido constitucionalmente.

As grandes linhas de orientação económica que o Programa e o Sr. Primeiro-Ministro na sua intervenção apresentam — trata-se de um projecto a aplicar apenas se a revisão constitucional se fizer no sentido desejado pelo Governo e pelas forças políticas suas apoiantes, ou pretendem ser um programa para execução imediata, desde já motivador da acção do Governo, sem que este retire daí que se coloca num plano de ilegitimidade face ao ordenamento legal do País e que o facto de dispor de uma maioria parlamentar não o dispensa de respeitar tal ordenamento?

Na sequência da questão, permitam-nos um desabafo: tratar-se-á de um Programa para o futuro com sabor a passado?

Quanto à questão que continua fulcral, a da adesão à CEE, ressalta como dado novo do Programa do Governo a preocupação de que a adesão à CEE não seja feita por qualquer forma e a qualquer preço e que só fará verdadeiramente sentido se contribuir para o crescimento económico do País.

Omite, porém, o Programa qualquer referência à realidade da organização a que tão apressadamente se pretende aderir, por exemplo que a situação das regiões menos desenvolvidas da Comunidade se tem deteriorado relativamente às regiões mais industrializadas.

Para além disto, a presente crise no interior da CEE — que também é esquecida — tem revelado bem claramente a resistência dos Estados mais poderosos da CEE (a RFA, a França) à atribuição de contribuições mais significativas para o orçamento comunitário, assim como (no caso da França) à reorientação das despesas, nomeadamente os 75 % concedidos como subsídios aos preços agrícolas para finalidades de «desenvolvimento harmonioso» ou de equilíbrio regional, visadas pelo artigo 2.º do Tratado de Roma.

Como é isto conciliável com a aparente pressa — ou precipitação? — do Governo em aderir à CEE em 1983?

Qual o sentido do que tem sido qualificado como «desafio» à CEE para que cumpra o calendário ini-

cialmente previsto, quando há razões externas e internas que justificariam a sua revisão?

Como poderá em dois anos haver tempo para a realização dos projectados investimentos necessários à modernização e progresso económico nacional?

Na p. 12 do Programa confirma-se agora por que é que as forças no Poder, ou o Governo anterior, de que este se reclama não sucessor, mas continuador, se recusaram a apresentar um Programa de Governo a esta Assembleia da República no início da II Legislatura (ao que constitucionalmente estariam obrigados).

É que — e cito o Programa —, «na linguagem de verdade que o Governo utiliza, o bem-estar dos cidadãos portugueses não é alcançável a curto prazo».

Que linguagem bem diferente da do programa eleitoral da AD, em Novembro de 1979, ou da do Programa do VI Governo, ou ainda das declarações dos responsáveis políticos da AD antes de 7 de Dezembro. Mas agora acrescenta-se como lenitivo que será dada «especial atenção aos grupos sociais mais carecidos», e dentro desta ideia quero em concreto perguntar ao Governo qual o alcance de tal lenitivo quando afirma como princípio que «o auxílio do Estado não será, porém, absorvente nem deve ser mitificado, porque o seu papel tem de entender-se no sentido de ajudar o cidadão a ajudar-se a si próprio». Significa isto, para os reformados, a prática de pensões de miséria, impelindo-os a assegurar pelo menos condições de emprego a tempo parcelar? É este o sentido de política social do Governo?

O Programa do Governo na área da agricultura conduzirá inevitavelmente ao agravamento das condições dos agricultores de menores recursos, na medida em que admite que os preços dos produtos agrícolas não acompanharão o ritmo da inflação. Por outro lado, não apontando medidas para a atenuação da influência da componente energética nos custos dos factores de produção, deixa terreno livre no desequilíbrio entre os preços destes factores e os preços dos produtos agrícolas, em detrimento destes. Esta orientação irá tornar cada vez mais ruinosa a situação do largo estrato constituído pelos pequenos e médios agricultores.

Que pensa o Governo fazer em defesa dos pequenos e médios agricultores?

Pensa deixá-los conduzir a uma situação de ruína, para que se viabilizem apenas as explorações agrícolas com a dimensão mínima aconselhada pelos mentores da CEE?

Determinando a Constituição da República que os regimes de arrendamento e de outras formas de exploração da terra alheia deverão garantir a estabilidade e os interesses dos cultivadores, pergunta-se: em que sentido vai o Governo proceder à revisão da Lei de Arrendamento, anunciada recentemente? Será no sentido da restauração do *statu quo* existente antes do 25 de Abril e dos privilégios dos grandes senhores da terra?

Refere o Programa de Governo, na área de trabalho, que «o Governo terá em particular atenção a necessidade de se garantir as condições de uma efectiva defesa dos direitos fundamentais reconhecidos aos trabalhadores e aos empregados».

Não temos dúvidas de que reconhecerá esses direitos aos «empregadores», mas, em relação a um conjunto de situações litigiosas neste momento existentes, gostaríamos que o Governo nos desse resposta sobre algumas dessas muitas questões — e já foi citado pela UDP o caso da Standard Eléctrica, pergunta que eu subscrevo.

Gostaria de perguntar ainda ao Governo o seguinte: tendo seguramente conhecimento da existência de trabalhadores com contratos de trabalho a prazo celebrados à margem da lei, o que pensa fazer o Governo para impedir esta situação?

Sendo direito fundamental e consagrado constitucionalmente o direito de reunião e o direito de exercício da actividade sindical nas empresas, o que pensa o Governo da situação que se vive, por exemplo, na empresa Cabos d'Ávila, em que os dirigentes do sindicato representativo da maioria dos trabalhadores não são autorizados a reunir com os seus representantes e a entidade patronal se recusa a reconhecer os delegados sindicais democraticamente eleitos?

Finalmente, e porque disponho de pouco tempo, pois queria que algumas outras perguntas ainda fossem colocadas pela minha colega Helena Cidade Moura, terminaria como uma última pergunta: na p. 52 do Programa de Governo é feita a afirmação de que a posição da política externa portuguesa será agora realizada sem «subserviências, que a dignidade do País não permite, nem arrogâncias, que a sua dimensão não consente».

Portanto, gostaria de perguntar a este Governo — embora ele seja continuador do anterior — se isto corresponde a uma crítica à actuação do VI Governo em matéria de política externa e também se corresponde à intenção de o VII Governo respeitar os princípios estabelecidos no artigo 7.º da Constituição da República Portuguesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.ª Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados e Srs. Ministros: O Sr. Primeiro-Ministro indicou normas de comportamento à oposição que se resumem na necessidade de fornecer alternativas, já que a responsabilidade do Estado é de todos nós. Estamos de acordo.

Contudo, permitimo-nos perguntar porque não dialoga o Governo com a oposição e sistematicamente considera obstrução qualquer crítica à actuação do Governo?

O MDP/CDE trabalhou aturadamente com militantes de vários sectores políticos, e na base do seu trabalho unitário para alertar o Governo para os inconvenientes dos caminhos errados da política cultural, para a necessidade de promover o ano da alfabetização em língua portuguesa, comemorando o ano do centenário de Camões, para a dinamização de um congresso internacional da língua portuguesa, para a definição de uma política-quadro do sistema educativo, para o equacionamento correcto dos problemas referentes ao ano propedêutico — para referir apenas, nesta primeira parte do diálogo, alguns problemas mais graves pelos quais nos debruçamos e nas áreas de que sou responsável. E desse esforço que resultou?

A recusa por parte da maioria governamental de uma sessão comemorativa do centenário de Camões na Assembleia da República a não aceitação pela mesma maioria de uma ordem de trabalhos sobre os problemas da cultura, o obstáculo sistemático a qualquer actuação, desde que nela fosse necessária a anuência ou participação do Governo.

Conhecendo a dificuldade da burocracia fomos parcos nos requerimentos que fizemos. Os quatro requerimentos feitos ao Ministério da Educação não foram, porém, respondidos, pertencem eles, por ironia, às prioridades governamentais, e que foram: em 20 de Novembro de 1980, sobre a escolaridade obrigatória; em 11 de Março de 1980, sobre informação e orientação profissional; em 7 de Fevereiro de 1980, sobre efectivação da obrigatoriedade escolar, e recentemente, em 28 de Novembro de 1980, requeremos informação sobre as escolas primárias no distrito de Lisboa que ainda não funcionavam e razões desse não funcionamento.

É, pois, com apreensão que vemos este Governo assumir a continuação do anterior e retomar prioridades que então desprezou.

É-nos assegurada desde já a ineficiência. Como poderemos fazer tábua rasa das suas acções passadas e ler sem descrédito o actual Programa?

Que garantias nos dá um Ministro que contribui decisivamente para a deterioração do sistema escolar e para o avolumar do seu carácter colectivo, ao promover a sua eficiência e a sua democratização?

O Governo promete redefinir a gestão dos estabelecimentos de ensino.

Em que sentido? Contribuindo, com a sua acção, para a perda da democraticidade atingida pelo 25 de Abril e que nos últimos anos, por medo, atraso pedagógico e desconhecimento dos governantes, se tem diluído numa acção contínua e persistente?

Parece ao Governo que o problema do desemprego no actual contexto se atenua de modo sensível pela expansão do sistema escolar? Haverá docentes qualificados para promover a nível de término do ensino secundário e de ensino superior politécnico? Que pensa o Governo fazer para conseguir este objectivo?

As propostas governamentais dadas como prioritárias, aquelas que têm já planeamento, e é o caso da educação pré-primária e o caso da rede escolar, como sabemos nós que lhe são atribuídos recursos suficientes para que se efectivem, se até agora o não foram?

O Governo promete de novo a extensão da escolaridade, não distinguindo como prioridade, em relação a esta extensão, a efectivação da escolaridade obrigatória. Quanto custou, Sr. Ministro, o 12.º ano? Que descalabro pedagógico representa ele? A quantos alunos diz o 12.º ano respeito?

O que tenciona, de facto, fazer este Governo para efectivar os módicos seis anos de escolaridade obrigatória?

Como se pode defender a qualidade de vida, se o próprio Ministério da Educação e Cultura aposta nas medidas angustiantes e megalómanas e abandona as metas reais que representam uma base mínima de justiça?

Por falta de tempo, e fazendo a ligação entre os assuntos a que nos restringimos hoje, gostaria de perguntar como se vai informar? Como se vai profissionalizar? Como se vai orientar? Como e em que con-

sistem os cuidados médico-pedagógicos? Como se vão alimentar as crianças nas escolas? Como se vão transportar?

Sr. Ministro dos Assuntos Sociais, quais são, no seu entender, as «experiências estatizantes» que «demonstraram» a ineficácia dos modelos adoptados? Como pensa fazer «uma eficaz cobertura de todo o País em cuidados primários»? O que é, afinal, a real qualidade de vida para este Governo?

Noções várias de descentralização percorrem o Programa, mas em todas elas mais não fica do que a ideia de ramificação de um poder desconcentrado.

Será por isso que tal conceito não aflora no último capítulo deste Programa modestamente dedicado à cultura?

Pese à boa vontade de um ou outro elemento do Governo, a qualidade de vida não entra no seu esquema teórico; é um vaso de flores artificiais em cima de uma mesa onde ninguém se irá sentar.

*Aplausos do MDP/CDE, do PCP e da UEDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Vitorino.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Apreciar o Programa do VII Governo Constitucional é, em grande parte, o reeditar das observações e críticas feitas ao anterior executivo da Aliança Democrática, é, em suma, o reafirmar do empenhamento da UEDS na progressiva construção de uma alternativa de Poder consubstanciada no quadro da Frente Republicana e Socialista.

Não se colocam a este Governo questões de legitimidade. O acto eleitoral produziu um resultado inequívoco. E se é conveniente recordar ao Governo que o projecto da AD não obteve, contudo, a maioria absoluta dos sufrágios populares, não seremos nós quem negará o intenso significado político decorrente do alargamento da maioria de que a AD dispõe neste Parlamento. Esta é a essência de qualquer comportamento democrático.

Por isso, a nossa oposição a este Governo será hoje, tal como no passado, uma oposição de construção para que, por contraposição às soluções governativas da AD, tome forma e se afirme uma autêntica alternativa de Poder assente em termos políticos na convergência das forças que defendem o socialismo democrático e daquelas que se reclamam e praticam consequentemente o ideário social-democrata.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro, quer na intervenção que acabou de proferir perante esta Câmara, quer no discurso de tomada de posse, prometeu aos Portugueses estabilidade política e libertação da sociedade civil.

Se em termos de estabilidade política o reafirmar constante da natureza de governo de legislatura se destina mais a convencer outrem que não propriamente a oposição, já o segundo objectivo toca mais directamente os interesses de quem se reclama de um projecto de esquerda, e muito particularmente a UEDS.

O Sr. Primeiro-Ministro entendeu dever considerar como vectores fundamentais deste propósito, por um lado, a luta contra a burocratização e o gigantismo do Estado, particularmente no plano económico, e, por outro lado, a luta pela qualidade de vida.

No respeitante à luta contra a burocratização, o Sr. Primeiro-Ministro escondeu deliberadamente aquilo que consideramos a questão fundamental: é que a afirmação da sociedade civil face ao aparelho de Estado não é o retorno a um liberalismo ingénuo, à crença mítica da plena eficácia dos mecanismos reguladores do mercado, ao domínio desbragado dos interesses privados em detrimento do controle colectivo e da auto-organização de interesses pelos próprios cidadãos.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — A concepção expressa nesta matéria pelo Sr. Primeiro-Ministro não nos deixa, de facto, tranquilos quanto à problemática da liberdade no seio das unidades de produção, nomeadamente nas empresas, domínio que reputamos essencial para a afirmação de uma sociedade civil forte e democrática por contraponto ao Estado-patrão e ao patrão privado.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Que tipo de independência garante este Governo do poder político face ao poder económico? Com efeito, a pequena história da própria formação deste Governo demonstra bem as reais dificuldades que na área da Aliança Democrática existem para garantir um controle eficaz do poder económico pelo poder político. A prática dos Lobbings e dos grupos de pressão económico-financeiros organizados fez-se sentir e continuará a fazer-se sentir, mesmo à custa do sacrifício, se não do sufocamento da própria sociedade civil.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Em relação à problemática da qualidade de vida, este Governo revela menos uma preocupação legítima do que uma certa má consciência. A qualidade de vida dos cidadãos é menos um valor abstracto e muito mais uma prática quotidiana, colectivamente assumida pelos cidadãos em função de um determinado objectivo de desenvolvimento sócio-económico e de progresso.

O discurso do Sr. Primeiro-Ministro não deixou clara a concepção que perfilha de qualidade de vida, mediante a hierarquização de prioridades e a adequação dos recursos disponíveis.

Será que é o arranjo orgânico a nível ministerial que exprime uma tal concepção? E se sim, como excluir do Ministério da Qualidade de Vida a problemática cultural, a temática do urbanismo, as questões atinentes à política energética?

**Vozes do PS: — Muito bem!**

O Orador: — Em resumo do que acabo de afirmar ressaltam duas questões fundamentais:

Que perspectiva aponta o Governo no sentido de assegurar que o combate à burocracia e a autolimitação da intervenção estadual não vão beneficiar em



exclusivo os grandes interesses económicos privados, pondo em causa alguns dos direitos fundamentais dos trabalhadores, sobretudo ao nível da empresa?

Que prioridades estabelece o Governo na defesa e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos? As que parecem decorrer da opção burocrática do neófito departamento governamental? Ou uma concepção que se mova realmente por objectivos essencialmente qualitativos e integrados, abrangendo numa concepção dinâmica áreas tão fundamentais como a da política energética, do urbanismo, da afirmação dos grupos sociais marginalizados?

Sr. Primeiro-Ministro, agradeço-lhe desde já as respostas que decerto não se furtará a dar-me, até porque fui parco em perguntas.

*Aplausos da UEDS e do PS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado César Oliveira.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo: Ao longo do processo de formação do VII Governo Constitucional, a UEDS teve oportunidade de referir por diversas vezes que não se opõe a pessoas e personalidades investidas de mandatos políticos, mas sim a projectos e a práticas políticas.

Por mais moderado e dialogante que o Sr. Primeiro-Ministro se apresente, não será isso que esconde a total identificação deste Governo — de resto, especial e firmemente invocada na parte final da sua intervenção — com o seu antecessor.

Por mais que alguns me façam recordar a filiação do Sr. Primeiro-Ministro no documento conhecido como Opções Inadiáveis, não será esse facto que poderá mascarar o seu carácter claramente neoliberal que tanto ressalta da sua intervenção nesta Câmara como do discurso da sua tomada de posse.

É certo que este Governo irá ter que pagar a factura da política eleitoralista seguida pelo anterior Governo no domínio dos preços, do controle artificioso da inflação numa política social benemerente, tal como foi sempre denunciado pela Frente Republicana e Socialista. Talvez por isso mesmo se possam explicar algumas deserções entre o elenco do anterior Governo e o deste Governo.

Compreendemos também a necessidade de o Sr. Primeiro-Ministro falar para dentro da sua própria maioria, tentando acalmar eventuais ânimos recalcitrantes de que a própria imprensa ligada à AD se tem feito eco. Mas este facto mostra, acima de tudo — como também o atesta uma análise atenta dos membros e das suas presenças nesta Câmara —, que este Governo é a evolução na continuidade com maior dose de continuidade e muito pouco de evolução.

Na exposição do Sr. Primeiro-Ministro registámos a habilidade com que justificou a criação de dois novos Ministérios: o Ministério da Integração Europeia e o da prometida mas sempre adiada Reforma Administrativa.

Registámos a referência ao Afeganistão e à Polónia, mas, por outro lado, registámos também o silêncio do Sr. Primeiro-Ministro sobre esse verdadeiro genocídio de que tem sido vítima e mártir o povo de El Salvador.

O Sr. Gomes Fernandes (PS): — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, mas nem por isso menos significativo, registámos a afirmação do Sr. Primeiro-Ministro referente à imposição de um projecto de organização económico-social na Constituição da República. Mais do que uma simples anotação, esse registo é sobretudo um lamento ao recordarmos que foi com o então PPD uma parcela na paternidade orgulhosamente proclamada nesse mesmo projecto inserto na Constituição da República.

Poderá ser que o Sr. Primeiro-Ministro julgue ser esta — como em outras intervenções da bancada da Frente Republicana e Socialista — uma intervenção considerada como controvérsia estéril, animada por simples conveniência partidária. Da oposição, da UEDS — e estou certo de que da FRS —, não poderá o Governo esperar outra atitude que não seja a da oposição frontal, a da denúncia clara e pública do carácter continuista deste Governo em relação ao anterior, continuidade, aliás, gritantemente evidenciada pela recondução do Dr. Proença de Carvalho à frente ou no destino da RTP, e já concretizada pelo VII Governo Constitucional.

O Sr. Gomes Fernandes (PS): — Muito bem!

O Orador: — O anterior Governo pautou as suas relações com as organizações sindicais por um cunho prepotente, no qual aflorou não poucas vezes o «posso, quero e mando», quase sempre embrião de práticas totalitárias mesmo que formalmente democráticas.

Este Governo, pela própria posição do Sr. Primeiro-Ministro, afirmou-se identificado com o passado recente. Gostaria, pois, Sr. Primeiro-Ministro de lhe perguntar se o Governo pensa pôr cobro aos despedimentos colectivos que se anunciam já em várias empresas e, por outro lado, desenvolver uma política de trabalho favorável aos trabalhadores, no que ela pode significar sobretudo de segurança e estabilidade de emprego.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, porque a UEDS, seja autonomamente ou integrada na Frente Republicana e Socialista, é oposição ao projecto político e à prática deste Governo — independentemente de acordos pontuais sobre esta ou aquela medida de carácter parcelar —, e subscrevemos com o Partido Socialista e com ASDI uma moção de rejeição a este Governo, aliás já lida pelo Sr. Presidente da Assembleia.

*Aplausos da UEDS e do PS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vilhena de Carvalho.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: A apreciação do Programa do Governo pela Assembleia da República, exigida pela Constituição, na linha que nela se consagra da dupla responsabilidade política do Governo não só perante o Presidente da República que o empossa mas também perante o Parlamento, é definha regimentalmente como um processo de orientação política.



E achamos que bem.

O Governo recém-constituído vem, assim, à Assembleia da República, dizer qual a orientação política que imprimirá à sua acção, em termos de futuro — futuro que, neste caso, no seu desejo e afirmação abrangeria um período de quatro anos, equivalente à II Legislatura. Vem, outrossim, elencar o conjunto de acções que desenvolverá no prosseguimento da sua anunciada política.

Nenhuns limites balizam o Governo para procurar convencer que fará o que promete, como e prosseguindo os fins e objectivos que anuncia.

O que está certo.

Mas certo está, igualmente, que nós, os parlamentares, façamos de modo inteiramente livre, sem balizas nem limites, senão aquêles em que se confinam os interesses do povo que representamos, o nosso juízo de valor sobre as intenções e processos do pregão governamental.

A legitimidade democrática do Governo, para governar — que lhe advirá no caso, que admitimos provável, da não rejeição do seu Programa, apesar das dúvidas que certo sector da maioria tem divulgado —, não absorve nem apaga a legitimidade democrática de a ele nos opormos em tudo quanto contrarie a alternativa que começámos por ser, nas eleições legislativas, no seio da FRS, onde esperamos, pela nossa parte, manter-nos.

Afirmamo-nos assim, e uma vez constituído o Governo, mais uma vez como oposição. O seu programa não é o nosso, a sua política não é a nossa, e nem uma nem outra contemplam muitas das opções que, ao menos, quanto a nós, continuam a ser, e cada vez mais, inadiáveis.

Mas se como oposição livre nos assumimos — livre afirmativa —, haverá sempre um conjunto de regras de ética política — que não apenas as contidas nas leis ou na constituição — pelas quais pautaremos, aqui no Parlamento e lá fora, a nossa conduta perante o Governo e a maioria que o apoia.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Palavras! Palavras!

O Orador: — Do Governo e da maioria se esperará outro tanto.

Serve isto para dizer que, para nós, se mostra insuficiente a simples afirmação reiterada do Sr. Primeiro-Ministro do respeito do Governo pela oposição.

E aqui perguntáramos: Vai o Governo izar a bandeira da sua actuação democrática de respeito pela oposição, bastando-se com espaçadas consultas em matéria de política externa e de defesa nacional?

Como vai reagir o Governo perante as iniciativas legislativas da oposição que decorram do desenvolvimento dos princípios contidos na Constituição ou que vão ao encontro das necessidades sentidas na vida social, económica e cultural do País? Vai ser oposição da oposição?

Como vai o Governo e a maioria onde se insere, e de que provém, encarar o papel fiscalizador da Assembleia da República e muito concretamente a respeito dos inquéritos parlamentares? Vai o Governo acobertar-se na maioria e sistematicamente recusar-se a ver fiscalizada a sua acção e a da Administração Pública, nos casos que a lei contempla e a moral política e o interesse nacional impõem?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Está o Governo disposto a vir à Assembleia da República a responder a perguntas dos parlamentares, não direi com a periodicidade semanal que os jornais avançam como sendo projecto do CDS, mas com equilibrada regularidade?

Está o Governo resolvido a tornar expeditas as respostas aos requerimentos dos deputados para que não aconteça como na última sessão legislativa, durante a qual apenas foi dada resposta atempada a 16 % dos requerimentos apresentados na Mesa da Assembleia?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — São perguntas simples e claras a que o Governo não se eximirá de responder, por certo, a fim de que fique definida com precisão a forma como se estabelecerão as relações institucionais entre o Governo e a Assembleia da República, tema esse, das relações institucionais entre o Governo e a Assembleia da República, tema esse, das relações institucionais, que até agora os sectores da AD apenas têm explorado, a seu modo, no que respeita às relações entre o Governo e o Presidente da República.

Se a consolidação da democracia e do normal funcionamento das instituições democráticas está, de facto, inserido no espírito das diversas componentes políticas da AD, torna-se necessário dar provas disso. E uma primeira prova estaria, a nosso ver, na interacção entre o Governo e a Assembleia da República, com respeito rigoroso dos direitos da oposição, que se inserem no âmbito das perguntas anteriormente formuladas.

Isto é tanto mais importante quanto é certo que o Governo se considera a si próprio como um governo de legislatura, convindo que, à partida, muitos outros pontos fiquem esclarecidos e que, para nós, se não encontram suficientemente clarificados.

De facto, o VII Governo Constitucional resulta de uma coligação eleitoral de três partidos que, de *per si*, têm princípios programáticos distintos e, até, quando individualmente considerados, de prática política diversa. Achando-se supostamente empenhado na concretização de um programa comum — ponto de encontro de concessões ou mesmo transigências recíprocas —, cuja realização tem o limite temporal de quatro anos, é lícito perguntar qual virá a ser o comportamento das diferentes componentes do Governo não só quanto ao período considerado mas também e sobretudo, no período que precederá o horizonte temporal que a si próprio traçou a coligação governamental.

Vai afirmar-se a autonomia de cada um dos partidos que compõem a coligação, ao menos no limite auto-estabelecido?

Mas, então, este Governo vai ser um Governo de transição para acabar, ou, pelo contrário, vai ser um Governo de transição para prosseguir na institucionalização da Aliança Democrática?

Naturalmente que importa obter uma resposta a esta questão, pois que a filosofia política em que este Governo se inspira, à partida, bem pode acontecer vir a ser alterada e, o que do nosso ponto de vista seria grave, com um acento ainda mais conservador e

elitista do que aquele que, em muitos aspectos e componentes, já se lhe reconhecem.

Muitas outras questões nos preocupam e não encontramos a desejada resposta, nem na rapidíssima leitura que fizemos, em diagonal, do Programa do Governo, por tardiamente recebido, nem na alocução em que o Sr. Primeiro-Ministro fez a sua apresentação.

É, por exemplo, o problema da nossa integração na CEE.

Continua esta matéria a ser considerada, de um ponto de vista governamental, a «prioridade das prioridades» e, também, uma espécie de panaceia ou de solução milagreira de uma boa parte dos nossos males e carências de que justamente nos queixamos?

O Sr. José Vitorino (PSD): — Ninguém disse isso!

O Orador: — Mas se é todo um país que de uma tal decisão irá aproveitar, como se apregoa, seria exigir de mais que o Governo partilhasse aqui, com o sector da oposição — a quem pertence, aliás, a iniciativa dos primeiros passos —, o conhecimento dos respectivos *dossiers*, ou será que estes vão continuar fechados àquelas forças políticas de quem apenas se espera um *amen* incondicional?

Aberta e firmemente desejamos declarar que nunca seremos incondicionais do ou de quem quer que seja, sem a respectiva quota de responsabilização nas decisões a tomar, o que sempre pressuporá um diálogo profíquo entre o Governo e oposição que, até agora e nesta matéria, não tem existido.

O mesmo se poderia dizer em relação a outras grandes questões como as da comunicação social, por exemplo.

Que presença, nestes meios, vai ser reconhecida de facto e de direito à oposição?

Vai continuar por não se reconhecer tempo de antena na rádio aos partidos de oposição?

Vão à televisão e os demais meios de comunicação social estatizados continuar entregues quase monopolisticamente às forças do poder, aos diversos níveis, desde as administrações das empresas até às direcções de jornais?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Considera-se este Governo beneficiário da herança legada pelo Dr. Francisco Sá Carneiro. Regista-se o facto sucessório e lembraremos que, qualquer herança, se herdamos os bens e os encargos.

Ora, a verdade é que o Governo do Dr. Sá Carneiro, após as últimas eleições legislativas, e no momento da apresentação da moção de confiança, prometeu nesta Assembleia, para o período intercalar até à posse deste Governo, nada mais nada menos que levar a efeito quinze iniciativas legislativas, qual delas a mais importante, desde propostas de lei de Grandes Opções do Plano a Médio Prazo e do Plano e Orçamento para 1981 até às leis da nacionalidade, de minas e de revisão de diversos códigos.

Mas a verdade é que daquelas quinze iniciativas legislativas solenemente anunciadas e prometidas uma só conheceu concretização e na premência das circunstâncias: a lei de revisão do regime jurídico das eleições presidenciais.

Pois que o actual Governo, que também parece prometer bastante, cumpra num ritmo menos sujeito à crítica que aqui fica, pois de contrário não conte, de facto, com a desatenção e o juízo crítico atem-

pado dos deputados que no seio da FR\$ lhe farão uma oposição afirmativa.

*Aplausos da ASDI, do PS e da UEDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Portugal da Silveira, que dispõe de quinze minutos para o efeito.

O Sr. Portugal da Silveira (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: O Partido Popular Monárquico é, desde a primeira hora, um partido da Aliança Democrática.

É o Executivo que aqui hoje se apresenta, o Governo da Aliança Democrática, o Governo da maioria parlamentar, credor, portanto, do nosso apoio e da nossa confiança.

A participação do meu partido na Aliança Democrática nunca foi, nem será, uma participação acéfala ou unanimista. Bem pelo contrário. Portadores que somos de ideias próprias e bem diferenciadas em muitos campos, desde o início foi nossa missão, de serviço dos portugueses procurar integrá-las nas intenções e nas acções da Aliança.

É assim que esse corpo de ideias se encontra expresso em não pouco espaço do programa da coligação eleitoral a que pertencemos. É assim também que impomos a nós próprios o dever de tudo fazer para que o Governo as não esqueça, ou para que, no desenrolar por vezes demasiado rápido do processo político, involuntariamente que seja, elas não venham a ser obliteradas ou postergadas.

Se assim se pode falar, é este o mais legítimo de todos os governos da III República. E, se isso lhe confere irrecusável autoridade política e administrativa, confere-lhe igualmente acrescidas responsabilidades.

Estamos, pois, nos termos da Constituição que nos rege, a iniciar a apreciação do programa do segundo Governo da Aliança Democrática.

Esse programa decorre naturalmente daquele que, no Outono de 1979, foi apresentado pela Aliança Democrática ao eleitorado e que dele recebeu apoio em 2 de Dezembro de 1979. Este apoio foi reforçado, como é sabido, em novo sufrágio em 5 de Outubro de 1980.

Não seria, pois, coerente que esta Câmara fosse agora rejeitar aquilo que o eleitorado em dois sufrágios, com o intervalo de um ano, aceitou no primeiro e ratificou, com maior força, no segundo.

Assim, o que hoje está aqui em causa não é discutir o programa do Governo, mas sim averiguar se ele está conforme com aquele a que o eleitorado, de forma iniludível, deu o seu apoio.

Esse trabalho de estudo comparativo entre o programa eleitoral da Aliança Democrática e o programa eleitoral do Governo que da mesma Aliança emana é fácil de fazer, e compete, mais do que à oposição, à maioria desta Câmara.

Não é ainda o momento para o fazer, de forma aprofundada, já que só agora temos os elementos necessários, mas confiamos que estará conforme com os compromissos assumidos.

Por agora, limitar-me-ei a fazer considerações genéricas e também a pôr algumas questões. Naturalmente, cada época histórica põe à humanidade questões novas, às quais tem de se adaptar sob pena de o

seu desenvolvimento e progresso serem interrompidos ou sofrerem até uma degradação.

Dois acontecimentos na vida do nosso país tiveram particular relevo e um terceiro virá a tê-lo também e em breve e todos condicionarão o nosso futuro.

São eles a perda do império colonial, a criação da Zona Económica Exclusiva e a integração no Mercado Comum.

Por outro lado, enfrenta a Humanidade situações novas ou, se não novas, situações de que só agora se apercebe.

Os recursos naturais, que não há muito tempo se consideravam inesgotáveis, começam já hoje a ser rateados.

Há bem pouco ainda se aferia o bem-estar das populações em termos de nível de vida, e hoje reconhece-se que, mais do que as quantidades consumidas, importa a qualidade dos bens que são postos à sua disposição.

Assim nos encontramos num mundo em rápida transformação e não mais os conceitos de capitalismo puro do princípio do século passado, ou os conceitos marxistas que se lhe seguiram saberão dar respostas adequadas.

Por isso e se não queremos perder o «comboio da história» teremos forçosamente de procurar não trilhar os caminhos que outros já abriram, porque assim jamais os alcançaremos, mas preparar-nos para colaborar na criação desse mundo novo que está já em construção.

Para entrar neste novo mundo, que recursos temos nós, os Portugueses, nestes 91 000 km de terra que há quase um milénio habitamos?

Durante muito tempo criou-se a ideia de que somos um país pobre.

Mas quem tem consciência de que em Aljustrel possuímos 10 % das reservas mundiais de pirites e que em Neves Corvo estará provavelmente a possibilidade de passarmos a ser o maior produtor europeu de cobre?

Quem se lembra das reservas minerais de Moncorvo? E que há sobre as perspectivas carboníferas da bacia do Douro? E o gás natural do mar do Algarve defronte de Vila Real de Santo António? E as riquezas ainda hoje não conhecidas mas que se escondem certamente nas águas da ZEE?

Este o trabalho que o Governo terá de enfrentar e nenhum governo tem melhores condições do que este para o fazer. Tem legitimidade, tem apoio parlamentar franco e activo, tem tempo à sua frente e tem homens com experiência e provas dadas e capacidade para compreender todas estas realidades.

Por estas razões nós confiamos neste Governo e, mais do que isso, procuraremos colaborar com ele.

Pensamos, no entanto, que não se foi tão longe quanto seria necessário numa remodelação de estruturas e métodos.

Não foi possível ainda a criação de um Ministério do Mar que possa dar um tratamento unitário e uma administração racional aos recursos da ZEE, que serão factores decisivos para o progresso do País.

Não foi também ainda possível a criação de um Ministério do Ordenamento e Ambiente que possa encarar os problemas do ordenamento territorial e que regule a utilização dos recursos humanos e natu-

rais, a manutenção da capacidade de regeneração dos renováveis e a conservação e valorização do património cultural, mas, por outro lado, a «qualidade de vida» mereceu a este Governo um tratamento que revela a abertura aos novos anseios das populações e é uma primeira resposta a estes problemas.

Por outro lado ainda, a criação do Ministério da Integração Europeia responde de facto a uma situação nova e revela um entendimento pleno das consequências que a adesão à CEE terá no nosso futuro.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Algumas questões gostaríamos de pôr e de ver comentadas entretanto.

Como vê o Governo realizável uma política de ordenamento do território, tendo em vista o aumento ou manutenção da capacidade de suporte de vida humana e a qualidade de vida das pessoas e comunidades?

Como pretende o Governo eliminar os desequilíbrios regionais, quer tanto nas perspectivas de emprego nas regiões do interior, quer quanto ao nível de vida dessas mesmas populações?

Que medidas efectivas estão previstas para a defesa e valorização do nosso património cultural?

Quais serão as linhas mestras do fomento agrícola? Serão elas viradas para a diversificação das folhas de cultura e diminuição do nosso défice alimentar ou para a agro-indústria, a pecuária industrial, a silvicultura industrial, ou seja para os flagelos da celulose, da beterraba ou do tabaco?

Como vai ser encarada a administração e exploração dos recursos vivos e minerais da Zona Económica Exclusiva e sobretudo que medidas se prevêem para a investigação e catalogação desses recursos?

Como se encara a dotação de meios navais e aéreos que permitam a sua fiscalização e defesa?

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Nos quatro anos que seguem, apesar das gigantescas dificuldades externas existentes ou que se adivinham, apesar dos problemas internos que o passado acumulou e que estão longe de ser ultrapassados, o Governo da Aliança Democrática assegurará a continuidade e o reforço da democracia, alargará as liberdades dos cidadãos e fará o País caminhar a passos firmes na senda do progresso e da justiça sociais.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Vamos lá a ver!

O Orador: — Confiante e crítico, sereno e actuante, o Partido Popular Monárquico acompanhará o seu trabalho com lealdade e competência.

*Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira; dispõe de quinze minutos para o fazer.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: O discurso agora proferido, na sequência das linhas de acção enunciadas aquando da tomada de posse, confirmou plenamente que o Executivo se propõe prosseguir a política antidemocrática do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral. Não se distinguindo pela origina-

lidade o Primeiro-Ministro reclama-se da «continuidade» e nem o discurso, nem o Programa permitem qualquer expectativa benévola ou qualquer ilusão sobre a sua acção governativa.

Entre um amontoado de eufemismos, flores de estilo e tautologias bem sonantes, o que o Governo promete e anuncia é:

- A revisão de facto e anticonstitucional da Constituição;
- A tentativa de lançar sobre os trabalhadores as consequências da crise internacional e das dificuldades internas;
- O prosseguimento da operação de integração de Portugal na Europa dos monopólios;
- A continuação da ofensiva contra os direitos e interesses dos trabalhadores;
- A continuação, nas novas condições decorrentes das eleições de 7 de Dezembro, da grande operação de subversão do regime democrático saído do 25 de Abril.

Não há belas frases que possam ocultar estes propósitos. E o Programa é disso clara demonstração.

É assim que atribuem todas as dificuldades que o País enfrenta à Revolução, é assim que responsabilizam a Revolução pelas contradições sociais, entre forças políticas, entre cidadãos. É a Revolução a culpada de todas as dificuldades presentes e futuras.

Para usar uma expressão popular, dizemos que cospem na sopa que comem! Porque se aqui estão devemo-nos precisamente e só à Revolução!

*Aplausos do PCP e do MDP/CDE.*

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Até nem é verdade!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em matéria de comunicação social este Governo começou mal. Reconduziu Proença de Carvalho na RTP e declarou querer transformar a Secretaria de Estado da Comunicação Social em comissão liquidatária dos órgãos de comunicação social do Estado. Confirmada estava, pois, a continuidade, o fundamental da prática do Governo anterior:

- A manipulação, o controle partidário e a censura (bem personalizada em Proença de Carvalho);
- O ataque às empresas públicas, a tentativa de destruir os órgãos de comunicação social constitucional e legalmente sujeitos a controle democrático e obrigados a assegurar o pluralismo e a independência informativos.

Em matéria de habitação o que nos promete o Governo?

A ameaça da lei das rendas, a confusão permanente entre o MHOP e as autarquias locais, uma política de crédito que dificulta cada vez mais a aquisição de habitação própria. É a especulação imobiliária, o desprezo pela recuperação de imóveis velhos e degradados, o não apoio às cooperativas de habitação.

Se a isto somarmos a aplicação de uma portaria que veio agravar brutalmente as rendas das chamadas

habitações sociais, diremos que o Programa do Governo no campo da habitação anuncia o agravamento das condições e «qualidade de vida dos Portugueses».

Quanto à saúde é clara a intenção farisaica do novo governo da AD em continuar a política ilegal e anticonstitucional da recusa ao cumprimento de uma lei desta Assembleia, a Lei do Serviço Nacional de Saúde.

Depois de um ano de promessas, propagandeadas como realizações quando nem projectos eram, eis que chega aqui também a factura da AD: nos Serviços Médico-Sociais aumentos de 300 % a 400 % nas taxas de consulta, e o pagamento de radiografias, análises e tratamentos de recuperação funcional até aqui gratuitos.

Moderar o consumo na utilização dos serviços médicos das caixas, e assim melhorar o seu funcionamento, é para a AD e seu governo afastar, por um lado, os que podem recorrer à medicina privada, pois pagar por pagar sempre se tem direito a uma cadeira enquanto se espera. Por outro, sacrifica-se (ainda mais) milhares e milhares de trabalhadores e suas famílias, para quem já era difícil suportar os custos de uma doença e agora é de todo impossível.

Não é isto um atentado à saúde do povo português, Sr. Primeiro-Ministro?

No terreno económico o Programa e a fala do Primeiro-Ministro anunciam também o prosseguimento e o agravamento se possível da política do primeiro governo da AD.

A tão falada luta contra a inflação é disso um exemplo típico.

Os Portugueses conhecem os resultados.

A inflação contida artificialmente com fins eleitorais até próximo das eleições de 7 de Dezembro, seguida dos súbitos, bruscos e generalizados aumentos verificados a partir dessa altura.

É curioso notar o carácter mistificador das promessas e actuações do primeiro Governo da AD que este promete continuar. Assim, se tivermos em conta a inflação verificada entre o discurso de apresentação do Governo Sá Carneiro e a data homóloga deste ano — 13 de Janeiro — verificamos então que a inflação é muito superior aos números anunciados e badalados repetidamente pelo Governo. A menos que se pretenda que este Governo recomeça com folha limpa e que os aumentos são devidos ao Governo de transição chefiado por Freitas do Amaral.

Mas este Governo promete intensificar a concorrência e reforçar o apoio ao grande capital, reduzido simultaneamente ou liquidando mesmo o sector nacionalizado. Vender o património público como forma de «atenuar as dificuldades financeiras». E pasme-se, porque nem isso seria, já que o património seria simplesmente entregue contra títulos de indemnização só realizáveis a prazo de muitos anos.

Aliás, gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro esclarecesse o que pretende com o restabelecimento sem limites das regras do mercado. Já que, se assim fosse, e tendo as empresas públicas o domínio dos sectores base, da banca e dos seguros, tal despautério significaria, a ser verdadeiro, a liquidação do sector privado e cooperativo.

O que a AD pretende com as leis à concorrência e às regras do mercado é bem outra coisa.

De facto, pertencem anunciar uma política de favor, superlucros, facilidades de crédito e de protecções fiscais para o grande capital e, simultaneamente, pela via administrativa, a redução, destruição e desmantelamento das empresas do sector público.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Olhe que não!

O Orador: — É assim que, impondo às empresas do sector público limitações de preços e tarifas, não transfere concomitantemente os subsídios devidos por razões sociais. A prática do Governo anterior foi esta e é também esta a prática que nos é anunciada pelo actual Governo.

E aliás deixamos aqui a pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro ou ao Sr. Ministro das Finanças: qual é de facto a situação das transferências. Quantos milhões de contos foram previstos para aumentos de capitais, o ano passado, e quantos foram de facto realizados e transferidos.

Por outro lado, no Programa do anterior Governo atribui-se elevada prioridade ao «aumento da taxa de expansão da actividade económica». Ora, as estimativas oficiais para 1980 apresentam um crescimento do PIB idêntico ao registado em 1979.

Tal como o anterior, também este Governo promete aumento para realizar apenas a manutenção de uma taxa reduzida?

E com taxas de crescimento do produto tão reduzidas, como pretende o Governo aproximar-se do nível de desenvolvimento da CEE?

O anterior Governo afirmava no seu Programa que iria «manter sob controle o défice da balança de transacções correntes e a dívida externa».

Decorrido um ano, a balança de transacções correntes apresenta um défice da ordem dos 800 milhões de dólares (40 milhões de contos) e a dívida externa aumentou cerca de 1000 milhões de dólares (50 milhões de contos), sem que a taxa de crescimento do produto se tenha expandido, e tendo o crescimento de formação bruta de capital fixo decorrido essencialmente da construção, sem componente importada significativa.

O que o Governo AD anuncia é que este desastroso conceito de «manutenção sob controle» vai ser igualmente adoptado.

Em matéria de trabalho, o Programa é caracterizado pelo mais descarado farisaísmo, não só no que diz, mas também no que omite.

Mas é transparente a atitude do Governo face ao tecto salarial, que se nega em palavras mas se fixa de facto em supostos 16 %. É transparente a intenção de condicionar e limitar a defesa dos direitos dos trabalhadores através de ofensivas concertadas em torno do aumento da produtividade, do combate ao absentismo, da liberalização dos despedimentos, da limitação do direito à greve.

O que preocupa hoje os trabalhadores são os sucessivos atentados aos seus direitos fundamentais. Mas onde está no Programa a resposta a um, que seja, dos problemas dos trabalhadores? Onde está a referência directa ao aumento dos despedimentos, aos abusos inadmissíveis na utilização dos contratos a prazo, à situação dramática que vivem os trabalhadores de pequenas e médias empresas, como no sector têxtil? Onde está, por detrás dos floreios de linguagem, a

resposta aos problemas com que se debatem as mulheres, vítimas primeiras da política de despedimentos colectivos? Onde está a resposta concreta à exigência dos trabalhadores de que os contratos colectivos sejam desbloqueados e vigorem no máximo pelo seu período legal de vigência, sem os sucessivos arrasamentos a que se vem assistindo?

O que está no Programa é precisamente o contrário.

Em relação aos jovens o Programa do Governo é praticamente omissivo. Mas há omissões que são graves.

Nenhuma medida concreta sobre o primeiro emprego. Por outro lado, a AD criou o 12.º ano, não improvisado como o Propedêutico, e apresenta aqui o Programa do Governo sem uma linha em matéria de 12.º ano! É que, decorridos três meses do início do ano lectivo, milhares de estudantes continuam sem professores (sobretudo dos cursos nocturnos), não há livros e materiais, desorganização dos serviços é total, as instalações estão a acabar ou especialmente improvisadas. Nas formas de avaliação são discriminados os jovens trabalhadores... Que diz a isto Sr. Primeiro-Ministro?

Na cultura mantém-se claramente a visão e perspectiva retrógrada, estática e reacçãoária.

Este ano negro, que ensombrou a vida cultural portuguesa, a actividade dos trabalhadores de arte e a criação artística, tudo indica que irá prosseguir com a única novidade: anuncia-nos que se compromete a no futuro, comemorar os centenários todos! Só que ao de Camões já a AD passou por cima!

É isto o segundo governo da AD!

*Risos do PCP.*

As apreciações do Primeiro-Ministro são sintomáticas a muitos títulos.

Diz-nos que prosseguirá o caminho do Governo anterior, o que significará levar ainda mais longe a destruição da Reforma Agrária e a liquidação dos direitos e liberdades dos trabalhadores portugueses.

Diz-nos que não se intrometerá na revisão constitucional, mas logo estipula o que ela deverá ser e adianta mesmo a intenção de legislar antes da revisão, como se a sua revisão tivesse sido aprovada e promulgada, o que é manifestamente antidemocrático e intolerável.

Dá por adquirido que a administração e gestão das forças armadas passará a ser competência do Governo, sem questionar, sequer, se tal projecto terá suficiente consenso e, naturalmente, irá também, neste terreno, prolongar a prática da guerrilha institucional do Governo Sá Carneiro.

Em matéria de finanças locais as promessas de seguir a prática do Governo anterior são igualmente preocupantes e de rejeitar, no que toca às autonomias, aos municípios e às freguesias. E cabe aqui deixar a pergunta, Sr. Primeiro-Ministro: tenciona ou não este Governo respeitar e aplicar integralmente a Lei das Finanças Locais?

A obsessão do Programa e a repetição monótona do Primeiro-Ministro concentra-se no Governo e na maioria por quatro anos. — Quatro. É mais um sintoma da fragilidade deste Governo face às exigências e às necessidades do povo português.

Vai mais longe o Primeiro-Ministro quando, pretendendo negar a constitucionalidade e a normalidade democrática de eleições antecipadas, insta com o Pre-



sidente da República para que não dissolva a Assembleia da República e suplica à AD à sua maioria para que não se dissolva ela própria.

*Risos do PCP.*

A opção das opções, a chamada adesão à Europa, é agora mais claramente uma opção política, para além do significado económico e social, segundo o próprio Primeiro-Ministro. Constatamos que a verdade é afinal próxima daquilo que o PCP tem repetidamente afirmado.

Mas resulta incompreensível, ou pior, intolerável, a pretensa identificação de democratas com adeptos da adesão e de antidemocratas com os opositores da adesão à CEE.

Conhecidas as diversas posições no seio dos países europeus, poderíamos perguntar se tal identificação é um fenómeno indígena, ou se é também a cópia dos opositores ingleses noruegueses, austriacos, suíços, etc., para só falar dos exemplos mais conhecidos.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

**O Orador: —** Este Governo é uma sombra do governo e do projecto antidemocrático e restauracionista da AD. Em Inglaterra é a oposição que tem um governo sombra. No Portugal democrático saído do 25 de Abril o governo sombra é governo da AD.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): —** Não apoiado!

**O Orador: —** Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: O segundo Governo da AD, chefiado pelo Primeiro-Ministro Pinto Balsemão, apresenta-se na Assembleia da República, a solicitar a investidura, com um programa e uma declaração de propósitos que o Grupo Parlamentar do PCP rejeita e considera preocupantes.

De facto, este Governo é, pelo programa e propósitos que nos anuncia, um fantasma. É a emanção substancial do projecto restauracionista da AD, derrotado estrondosamente nas últimas eleições presidenciais por larga e qualificada maioria de portugueses.

*Aplausos do PCP.*

*Risos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Narana Coissoró (CDS): —** Boa piada!

**O Orador: —** Mas este Governo é da AD e décimo terceiro após o 25 de Abril é, incontestavelmente, pela sua estrutura e composição, uma obra inacabada, um fruto do acaso que vitimou dois dos maiores dirigentes da AD.

Acima de tudo este segundo Governo da AD é o fruto enganado e enganoso da mistificação e da manipulação da comunicação social, do desvio de poder e do abuso do aparelho de Estado, das demagogias eleitorais, e economicamente desastrosas, que falsearam os resultados das eleições para a Assembleia da República.

Não temos perante nós um governo de continuidade, nem sequer a continuidade de governo. Estamos sim perante um hiato, um equívoco, um intervalo, que, confrontado com as exigências e condições

do Portugal democrático saído do 25 de Abril, acaba por mostrar-se tal qual é — uma tentativa fruste de prolongar a política restauracionista da direita. Mais uma tentativa que o povo português e os democratas derrotarão.

*Aplausos do PCP e do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente: —** Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Dias.

**O Sr. Oliveira Dias (CDS): —** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na sequência dos resultados das eleições de 5 de Outubro passado, que o PC ora contesta ora finge esquecer, e da representação maioritária nesta Câmara dos partidos coligados na Aliança Democrática, foi constituído o Governo cujo Programa o Sr. Primeiro-Ministro acaba de apresentar e a Assembleia vai discutir.

Na apreciação do Programa do Governo e na sua actuação subsequente, a atitude do Grupo Parlamentar do CDS continuará a pautar-se por um critério linear e claro, que decorre da própria essência da democracia representativa. O que nos importa saber e o que temos obrigação de dizer é se sim ou não, face à evolução dos condicionalismos, o Governo está a propor e a tomar medidas — decorrentes de ou compatíveis com o projecto que o eleitorado votou e, desta maneira, decidiu que deve ser posto em prática.

Efectivamente, Governo e Parlamento, cada qual no âmbito das suas competências, é esse projecto que estão mandatados para fazer cumprir, tendo na devida conta os contributos e as críticas da oposição.

E nem se diga ou se pense, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que essa atitude corresponda a uma visão partidarizada dos problemas nacionais.

Os partidos — e neste caso a coligação maioritária — devem ter e têm projectos nacionais; as soluções que propõem ao eleitorado não correspondem a qualquer plano de desenvolvimento partidário, mas a programas dirigidos ao exercício do Poder Legislativo e Executivo, encarados segundo determinadas perspectivas doutrinaárias ou ideológicas e com uma filosofia subjacente que lhes é própria.

Assim, fazem ou fizeram — e não-de voltar a fazer no fim da legislatura — tanto aqueles que venceram como aqueles que foram vencidos nas eleições para esta Assembleia.

É pelo menos curioso, mas não deixa de ser significativo, que os partidos da oposição venham agora acusar o Governo de se não propor desenvolver o programa de qualquer deles, mas sim o da Aliança Democrática. Como é curioso e significativo que venham os mesmos ou outros procurar arvorar-se em paladinos ou defensores da justeza da interpretação do Programa da AD, que sempre atacaram, que nunca entenderam ou sempre fizeram como se não entendessem.

**Vozes do CDS: — Muito bem!**

**O Orador: —** Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros: Com uma primeira palavra de confiança na capacidade do Governo e na sua fidelidade ao projecto que fez eleger a maioria parlamentar que o apoia, seja-me permitido salientar que, no nosso entendimento e segundo a lógica mais evidente, o Grupo Parlamentar



do CDS considera que, com todo o respeito pelas propostas e doutrinas dos partidos da oposição, é aos grupos parlamentares dos partidos da Aliança Democrática que deve ser reconhecida a primeira capacidade para julgar se sim ou não o Programa do Governo e a sua actividade estão de acordo com o projecto de acção política cujo acolhimento positivo pela maioria do eleitorado nos faz estar aqui, nesta posição.

A quem compete ser exigentes quanto ao cumprimento deste Programa é a nós, que o defendemos, não é a oposição, que o atacou e ataca.

*Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.*

Sr. Primeiro-Ministro, o discurso que acabamos de ouvir leva-nos a apresentar algumas perguntas, que deixamos à consideração de V. Ex.ª

Em primeiro lugar, alguns esclarecimentos.

Relativamente à adesão de Portugal à CEE, e sabendo que as negociações a ela conducentes apresentam dificuldades em si mesmas, e quanto ao cumprimento do calendário previsto, entende o Governo dever resignar-se perante elas ou vai antes procurar empenhar-se a fundo em vencê-las, assumindo o pensamento daqueles que entendem que a adesão será tanto mais útil quanto mais rápida for?

Em suma, para este Governo e no âmbito da política internacional, a integração na CEE continua a ser a prioridade das prioridades?

Ainda no âmbito da política económica, relativamente agora à ordem interna, mas relacionando-se com a questão precedente, desejaríamos perguntar qual é o pensamento do Governo sobre a delimitação dos sectores público e privado. Prevê-se, a curto prazo, a apresentação a esta Assembleia de uma proposta de lei tendente à sua alteração, ou entende o Governo aguardar, para esse efeito, a revisão Constitucional?

Um tema que o Sr. Primeiro-Ministro decerto continua a considerar com especial conhecimento e simpatia e com a preocupação decorrente das dificuldades presentes é o da comunicação social. Poderia deprender-se de relatos publicados pelos órgãos de informação que existem, a este respeito e adentro do Governo, posições pelo menos parcialmente divergentes.

Aliás, sem deixar de ter em conta as perspectivas da adesão à CEE, que estimula o nosso interesse, perguntaria: É ou não o Governo favorável à reprivatização dos órgãos de comunicação, em que termos e condições?

Sr. Primeiro-Ministro: Três outras questões são mais profundas. Referem-se, creio, não tanto a conceitos ou valores que o Governo respeita, mas à maneira de adequar a acção do Executivo à solução dos seus problemas.

V. Ex.ª referiu-se à família como sujeito de preocupações do Governo quanto à situação da economia portuguesa, acentuando, designadamente, a importância do combate à inflação. Mas a família é uma instituição de conteúdo e significado mais vasto, com funções e direitos que é indispensável considerar no campo social, educacional, etc. Pensa-se que a consideração desses direitos diz respeito a toda a estrutura

do Governo ou será uma política sectorial, a tratar por uma Secretaria de Estado ou, eventualmente, por outros departamentos?

Referiu-se V. Ex.ª, valorizando-os juntamente e com a preocupação que merecem, aos problemas da juventude. E uma questão semelhante se põe: é a política da juventude uma preocupação global de Governo ou considera-a V. Ex.ª entregue à Secretaria de Estado integrada no Ministério da Qualidade de Vida?

Sentimos a ausência no discurso ouvido há pouco de referências à cultura, sabendo nós, de certo, que existe uma Secretaria de Estado que lhe dedica a sua actividade. Numa sociedade que se pretende, como V. Ex.ª diz, mais profundamente libertada, a cultura apresenta ao Poder exigências de apoio e de acção múltiplas, como prevê o Governo as linhas gerais da sua política em relação à cultura e aos seus criadores, instrumentos e recursos?

Uma outra questão de natureza aparentemente pragmática, mas com significado profundo — aliás, já hoje aqui abordada, mas em tom desconfiado, que não é o nosso. V. Ex.ª salientou o valor que reconhece às relações entre o Governo e esta Assembleia. Pensamos que é um tema de grande importância para o funcionamento das instituições e com interesse fundamental para o País, para a Assembleia e para o Governo.

Como é encarado por parte do Governo o reforço que nos parece necessário dessas relações, no dia a dia e através dos problemas mais variados? Está o Governo na disposição de vir, com regularidade, a esta Assembleia responder a perguntas? Está o Governo na disposição de colaborar com assiduidade nos trabalhos das comissões? Encara o Governo outras modalidades de colaboração com esta Assembleia?

Finalmente, a referência ao que creio ser uma omissão, pois V. Ex.ª não se referiu aos problemas de Macau. Não seria oportuno adiantar, desde já, alguma coisa acerca da política do Governo quanto a este território, com situação tão peculiar, com dificuldades na administração tão evidentes e tão merecedor da atenção e do respeito de todos nós?

Sr. Presidente, Sr. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros: O debate do Programa do Governo está a iniciar-se e ao longo dele não faltarão oportunidades para que o texto aqui em debate seja clarificado.

Estes não foram mais do que alguns pontos que liminarmente nos pareceu oportuno retomar para melhor enquadramento da discussão e para os quais desde já agradecemos a atenção do Governo.

Pela nossa parte, participaremos com o maior interesse nesta primeira discussão que o Governo enfrenta. Participaremos com o maior empenho porque este não é um debate de que possamos considerar-nos espectadores entre o Governo e a oposição.

Nós somos também parte nesse debate. Demonstraremos o nosso apoio ao Governo e, assim também, a nossa vontade de fazer cumprir o projecto da Aliança Democrática, de demonstrar aos Portugueses que este não era um projecto de papel ou para ficar no papel, mas sim a condensação das grandes linhas de um esforço colectivo que há-de conduzir Portugal

às perspectivas de liberdade e justiça de uma democracia avançada.

*Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.*

Esse é o nosso objectivo e a nossa proposta. Esse é o objectivo e a proposta do Governo em que o CDS está presente.

Por isso, estamos — e desejamos dizê-lo desde já — profundamente empenhados em contribuir com tudo o que esteja ao nosso alcance para criar ao Governo as melhores condições para cumprir a sua responsabilidade de governar bem. E é por isso que desde já — e também para este debate — lhe desejamos as maiores felicidades, ao serviço de um objectivo que é seu e é nosso.

*Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Primeiro-Ministro: Na intervenção que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de fazer nesta Assembleia, honrou-nos com várias considerações pedagógicas sobre o papel da oposição democrática em regimes democráticos.

Será, portanto, normal que nós, sem querermos assumir o mesmo ar pedagógico do Sr. Primeiro-Ministro, lhe digamos com toda a franqueza o que pensamos sobre o nosso papel face a este Governo ou a qualquer outro, perante o qual seremos oposição democrática.

Seremos intransigentes em relação a este Governo em tudo o que diga respeito ao cumprimento dos preceitos constitucionais e da legalidade democrática. Naturalmente que teremos sempre em atenção o mérito ou o demérito das propostas do Governo noutros domínios. Poderemos, inclusivamente, chegar à conclusão de que em sectores limitados possam surgir iniciativas do Governo que venham a merecer a nossa concordância, hipótese puramente de escola, mas a resolver-se em cada análise concreta. Mas não poderemos deixar de considerar altamente preocupantes certas considerações feitas pelo Sr. Primeiro-Ministro, quer durante o discurso da tomada de posse do Governo, quer agora durante a apresentação do Programa do Governo, e que de certo modo estão até em contradição com o passado liberal e o ar de simpatia que rodeia o Sr. Primeiro-Ministro.

Na verdade, podemos verificar em vários discursos do Sr. Primeiro-Ministro afirmações que pensamos que deveriam estar definitivamente arredadas do nosso discurso político.

Assim, no Programa do Governo o Sr. Primeiro-Ministro faz várias referências a uma «democracia plena, sem tutelas militares ou de qualquer outra natureza». Ainda neste documento afirma-se que o presente texto constitucional contém «elementos antidemocráticos» que, obviamente, não deverão merecer a sua obediência.

Ora, em primeiro lugar, gostaria de perguntar, quer ao Sr. Deputado da Assembleia Constituinte Dr. Pinto Balsemão, quer ao Sr. Vice-Presidente da Assembleia Constituinte Dr. Pinto Balsemão, quer ao membro do Grupo Parlamentar do PPD na Assembleia Constituinte, Dr. Pinto Balsemão — PPD que votou a fa-

vor desta Constituição, que subscreveu o Pacto Partidos/MFA, do qual constava a aceitação da existência do Conselho da Revolução e a sua introdução nos preceitos constitucionais —, em qual Dr. Pinto Balsemão devemos acreditar: naquele que votou a Constituição de 1976, considerando-a como democrática e até social-democrata — pela sua ou pela voz dos seus pares —, ou no Dr. Pinto Balsemão que hoje, como Primeiro-Ministro, assume a chefia de um governo do qual faz parte o CDS, que foi o único partido que votou contra a Constituição? Em qual das suas sinceridades é que devemos acreditar?

No entanto, devemos dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que, por uma questão de lealdade, deverá afirmar a esta Assembleia se é ou não de esperar de si e do seu Governo um pleno acatamento da legalidade constitucional, se, na realidade, há preceitos antidemocráticos na Constituição, quais são esses preceitos e qual o grau de desobediência que devemos esperar de si relativamente à legalidade constitucional.

Devemos desde já advertir o Sr. Primeiro-Ministro — não em ar cominatório porque nos encontramos na oposição — que consideramos que este Governo tem legitimidade democrática, porque goza de uma maioria parlamentar que o apoia. Mas devemos dizer, quer ao Sr. Primeiro-Ministro, quer à Aliança Democrática, que hoje me houve com um silêncio inusitado...

*Risos do PS.*

...que maioria absoluta não significa poder absoluto. Este Governo não dispõe de qualquer poder absoluto neste país, nesta democracia. Como tal, não aceitaremos qualquer exercício de retórica que pretenda controlar uma maioria absoluta, que é sempre passageira, em poder absoluto, que tem sempre vocação para a eternidade ou para a vitaliciedade.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Roseta (PSD): — Isso são fantasmas, Sr. Deputado.

O Orador: — Isso de fantasmas é mais com a Sr.<sup>a</sup> Deputada do que comigo.

*Vozes do PS: — Muito bem!*

O Orador: — Aliás, em várias partes da sua intervenção nesta Assembleia emprega-se uma linguagem um pouco populista de direita, não propriamente anarcopopulista como em 1975, com a qual se pretende lançar a confusão sobre várias questões.

Assim, fala-se repetidamente na construção de um poder civil democrático, mas ao mesmo tempo acrescentam-se alguns aditivos, dos quais parece concluir-se que este Governo é suficientemente presunçoso para considerar que o poder político e civil é ele próprio.

Em certo passo daquela intervenção refere-se à reintegração das forças armadas no poder civil democraticamente escolhido pelo povo, cabendo ao Governo a gestão e a direcção das forças armadas — repetindo, aliás, uma ideia já expressa por V. Ex.<sup>a</sup> no discurso do acto de posse do VII Governo.

Ora, este Governo é um poder democrático civil, sem dúvida, mas há outros órgãos democráticos e civis, tais como o Presidente da República e a Assembleia da República. Recordamos que o comandante

supremo das Forças Armadas é o Presidente da República e de que esta Assembleia da República é também um poder democrático civil.

Recordo isto porque se fica com a impressão de que o Governo considera que o Presidente da República é um poder militar só pelo facto de o actual Presidente da República ser um militar. Pois nós diremos que ele é um Presidente da República civil porque foi eleito pelo povo. Caso contrário, poder-se-ia chegar à conclusão de que o Ministro da Defesa, engenheiro Azevedo Coutinho, é um civil apenas porque não é um militar de profissão. Este tipo de raciocínio corporativo é inteiramente contrário à ideologia democrática. Na verdade, o carácter civil ou militar do exercício de qualquer função do Estado não se determina pelo carácter profissional de quem a exerce, mas sim pela origem do poder que é exercido.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador: —** Portanto, o Presidente da República é poder democrático civil, com maior legitimidade democrática do que o Governo, foi eleito por uma maioria esmagadora e muito superior àquela de que a AD goza nesta Assembleia da República e de que tanto se fanfarrona.

*Risos do PS.*

Além disso, o Presidente da República ganhou as eleições em concorrência com um candidato também militar, apoiado pela AD, o Sr. General Soares Carneiro, que pelos vistos, se fosse eleito seria considerado civil pelo Governo da AD, o que graças a Deus o povo português não consentiu.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador: —** Portanto, ficámos com a sensação de que quando este Governo fala em poder civil considera-se a ele próprio como sendo o poder civil. No fundo, o que o Governo quer não é construir em Portugal um poder civil democrático, mas sim governamentalizar o regime democrático, limitando os poderes quer da Assembleia da República, quer do Presidente da República.

Desde já dizemos ao Governo que não consentiremos na redução dos poderes do Governo, nem na redução dos poderes da Assembleia da República, nem na redução dos poderes do Presidente da República, para esconjurar essa célebre tutela militar ou presidencial que tanto atormenta a AD nos seus sonhos ou nos seus pesadelos. Mas nós não os aliviaremos desses pesadelos, pois há um quadro de legalidade constitucional que tem de ser respeitado. O Conselho da Revolução existe legitimamente no quadro constitucional e a sua competência tem de ser respeitada enquanto por via constitucional não for extinto e a sua competência distribuída por outros órgãos.

Por outro lado, rejeitamos essa construção de libertar a sociedade civil, não se sabe bem de quê. Quando se analisa o discurso do Sr. Primeiro-Ministro, distinto jornalista, grande homem de letras e possuidor de uma inegável simpatia pessoal — que não é, no entanto, suficientemente para nos confundir —, verificamos que na análise do tecido dos seus raciocí-

nios a sociedade civil são os empresários, os empresários privados.

Na verdade, sempre que se fala em sociedade civil só se fala em iniciativa particular, em iniciativa privada. Para nós, socialistas, permita-me que lho diga, sociedade civil é um pouco mais do que isso. É também a iniciativa particular, sem dúvida, e isto não se contesta. Mas também fazem parte da sociedade civil a iniciativa pública, os movimentos sindicais, os movimentos cooperativos, os movimentos culturais e todos esses movimentos que constituem a sociedade civil.

Como tal, não se percebe bem por que motivo é que o Sr. Primeiro-Ministro, que fez agora uma conversão dramática e fulminante à sociedade civil, defende que sociedade civil é empresa privada. Isto para nós é pobre.

**O Sr. Borges de Carvalho (PPM): —** Não percebeu nada!

**O Orador: —** Também contestamos a afirmação do Sr. Primeiro-Ministro de que o modelo de sociedade portuguesa hoje vigente é diverso daquele que vigora na sociedade da Europa ocidental. Isto não é exacto, nem se pode considerar como estranha ou anómala no decurso da sociedade europeia o processo de transformação social que se verificou em Portugal após a Revolução do 25 de Abril de 1974.

Em todas as sociedades europeias, que sofreram ditaduras como a nossa, se verificaram após a 2.ª Grande Guerra processos de transformações económicas e sociais idênticos ao nosso, incluindo nacionalizações. Por exemplo, em França estas nacionalizações foram decretadas por via revolucionária. Na Grã-Bretanha houve nacionalizações e até a institucionalização de um serviço nacional de saúde por via parlamentar.

Deste modo, é normal que se porventura a democratização em Portugal se operou trinta anos depois, não se confronte o Portugal de 1975 com a Europa de 1975. Deve-se, isso sim, confrontar o Portugal de 1975 com a Europa de 1945. Então se verá que não há qualquer anomalia que se possa estranhar. Por outro lado, se a ditadura demorou tanto tempo em Portugal, a responsabilidade não é da oposição mas sim daqueles que apoiaram e sustentaram a ditadura. Este ponto tem de ser esclarecido com toda a diafanidade. Sendo assim, não podemos compreender por que razão o Sr. Primeiro-Ministro pretende abstrair dessa circunstância.

Em matéria de transformações democráticas, podemos verificar que o Sr. Primeiro-Ministro usa muito a expressão «política reformista». Simplesmente não vimos quais são as reformas que o Governo pretende introduzir, pois apenas conseguimos ler imprecações contra a revolução democrática, sem que tivéssemos lido qualquer palavra de condenação contra a ditadura de que a revolução democrática nos libertou.

**A Sr.ª Natália Correia (PSD): —** Não é verdade!

**O Orador: —** Pode, aliás, dizer-se que nem se faz uma única referência ao carácter pacífico e democrático da Revolução de 1974, que foi a mais branda de todas as revoluções democráticas. Em 1945 todos podíamos ler diariamente nos jornais as notícias dos fuzilamentos que tiveram lugar em Itália, em França

e em muitos outros e variados países, que sofreram ditaduras que não foram piores do que a de Salazar. Houve em Portugal uma revolução onde nenhum apoiante da ditadura de Salazar ou de Marcelo Caetano foi punido com severidade, pois alguns foram punidos com penas tão simbólicas que nem se sabe que penas é que lhes foram aplicadas. Este carácter pacífico da Revolução de 1974 foi inteiramente ignorado pelo Sr. Primeiro-Ministro. Será que V. Ex.<sup>a</sup> lamenta que a Revolução de Abril tivesse sido a revolução mais pacífica de todo o Mundo?

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Ridículo!

**O Orador:** — Gostaríamos que este ponto fosse esclarecido.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Salgado Zenha, falta um minuto para esgotar o tempo de que dispunha.

**O Orador:** — Quando se fala em libertar a sociedade civil, pois nós perguntamos ao Sr. Primeiro-Ministro qual é o pensamento do Governo sobre a eventualidade de se entregar a Banque Franco-Portugaise a Miguel Quina, torçando o Banco Nacional Ultramarino a abdicar do seu direito de opção? O que está em causa não é um negócio como qualquer outro. O que está em causa é a defesa da possibilidade de reforçar o sistema bancário nacional assegurando o controle de um banco que não só canaliza um sexto das remessas de emigrantes como representa um potencial estratégico inestimável com vista a assegurar a melhor representação dos interesses genuinamente nacionais na obtenção de concursos financeiros externos. Detendo o Banco Nacional Ultramarino já um terço do capital e podendo agora obter os restantes dois terços em condições aceitáveis, por que razão virá o Governo a afastá-lo da concretização desta operação? Estará o Governo mais confiante na bondade do apoio do Dr. Miguel Quina e do seu grupo internacional do que na certeza da subordinação do Banco Nacional Ultramarino às directrizes do Banco de Portugal e do Ministério das Finanças?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, esgotou o tempo de que dispunha.

**O Orador:** — O poder absoluto do Sr. Presidente será respeitado.

**O Sr. Presidente:** — Não se trata de poder absoluto. O Sr. Deputado antecipou-se, uma vez mais que eu lhe ia pedir o favor de abreviar as suas conclusões.

Se V. Ex.<sup>a</sup> ainda tem algo a dizer, pois peço-lhe que o faça abreviadamente, tal como estabelece o Regimento, a não ser que V. Ex.<sup>a</sup> considere o Regimento um poder absoluto.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Aproveito a bondade do Sr. Presidente da Assembleia da República como um prenúncio de que a mesma elasticidade democrática poderá ser seguida pelo Sr. Primeiro-Ministro.

*Risos.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, pedia-lhe que abreviasse.

**O Orador:** — No entanto, não considero isto nenhum favor porque penso que o principal partido da oposição deve ser tratado com a mesma elasticidade com que outros partidos aqui têm sido tratados.

A dado passo do seu discurso de hoje, o Sr. Primeiro-Ministro afirmou que, «ao contrário do que aconteceu, por exemplo, com a grande depressão dos anos 30, as actuais dificuldades económicas nos países ocidentais não têm, porém, conduzido a apostar cada vez mais no intervencionismo estatal», para logo concluir, auto-ilusionado, que a ocidente «a tendência aponta no sentido da redescoberta das virtualidades da iniciativa privada e do mercado». Subentende-se que tais virtualidades correspondem ao que há de essencial na sociedade civil.

Já desenganámos o Sr. Primeiro-Ministro quanto aos fundamentos desta simplificação. Há agora apenas que acrescentar que, além disso, o Sr. Primeiro-Ministro está nitidamente mal informado sobre as relações da crise com o intervencionismo estatal que se vem verificando por esse mundo ocidental e talvez o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros possa ajudá-lo a corrigir esse erro de informação. O Sr. Primeiro-Ministro confunde os factos e baralha as conclusões, o que é grave e não augura nada de bom para o País.

Como é bem sabido, a crise económica tem obrigado a alargar as intervenções estatais, quase sempre a pedido dos próprios empresários em dificuldades, mesmo em países sob governos retintamente conservadores.

Na Suécia foi um recente governo conservador que nacionalizou os estaleiros navais. Em Espanha e França foram governos de direita que praticamente nacionalizaram a maior parte da indústria siderúrgica. Nos Estados Unidos a salvação da Chrysler fez-se recentemente mediante uma intervenção estatal extraordinária. Chegarão certamente estes exemplos para se poder ver como é precário o conhecimento do mundo que o Sr. Primeiro-Ministro revelou.

Por outro lado, é verdade que existem nalguns países ocidentais fortes correntes conservadoras que acreditam na salvação através de um liberalismo à século XIX, confiando exclusivamente a reestruturação económica à destruição concorrencial em mercado livre.

A Grã-Bretanha é um desses países, com a particularidade de tais forças predominarem no Governo conservador de há dois anos a esta parte. O resultado é que o desemprego na Grã-Bretanha passou em tão curto espaço de tempo muito acima de 1 milhão, prevendo-se em breve que chegue a um número da ordem dos 3 milhões de desempregados, e, simultaneamente, a inflação disparou para níveis da ordem dos dois dígitos, tudo isto sem que se veja qualquer esperança de melhoria real da situação económica.

Se é este o exemplo que o Sr. Primeiro-Ministro tem em mente, quero lembrar-lhe que em Portugal, em 1981, os Portugueses não esperam do Governo nem o aumento da inflação nem a triplicação do desemprego.

Terá o Sr. Primeiro-Ministro de compreender que as obrigações de um bom governo não se compadecem com qualquer irresistível pendor liberal que

em pleno século XX procure reencontrar as inspirações do século XIX.

Para terminar, acedendo aos desejos do Sr. Presidente da Assembleia da República, desejaria ainda pedir ao Sr. Primeiro-Ministro que esclarecesse se realmente este Governo, quando fala em aplicação cuidada da Lei das Finanças Locais, quer significar a aplicação integral ou a aplicação deturpada da mesma.

Para finalizar, queria ainda dizer que por estes motivos, além de outros, a FRS apresentou uma moção de rejeição ao Programa do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

O Sr. Presidente: — V. Ex.<sup>a</sup> não tem que agradecer, pois limitei-me a cumprir o Regimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: A primeira afirmação que eu gostaria de fazer, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, depois do discurso de apresentação do Programa do Governo perante a Assembleia da República, é a de que, Sr. Primeiro-Ministro, o Grupo Parlamentar do PSD afirma solenemente o seu apoio total e a sua plena solidariedade com o Governo a que preside. E afirma-o com pleno conhecimento de causa e com plena responsabilidade depois de ouvir o discurso de posse que proferiu no passado dia 9 e depois de ouvir o discurso que acaba de proferir nesta Assembleia da República.

Nós verificamos que o governo da Aliança Democrática continua empenhado em realizar o programa com que se apresentou ao eleitorado e que foi apoiado e aprovado, claramente, por uma forma que não deixa dúvidas a ninguém, nas eleições de Dezembro de 1979 e de 5 de Outubro passado.

Pretendemos que este governo da Aliança Democrática continue a acção de dignificar o Governo de Portugal iniciada pelo anterior, pois foi ele que efectivou a viragem relativamente aos governos que se constituíram e governaram o nosso país depois do 25 de Abril. Aliás, este governo encontra a sua tarefa já facilitada depois da acção desenvolvida pelo Governo de Francisco de Sá Carneiro.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Recordo-me, e todos se recordam de certo, do cepticismo com que esta Assembleia acolheu as promessas feitas por esse governo no debate do seu programa.

Quem acreditava nessa altura que a inflação descesse para o nível dos 17 %, quando se prometeu apenas que desceria para o nível dos 20 %? Quem acreditava que a taxa de investimento viesse a traduzir-se na realidade de acordo com a promessa que foi feita nesse programa de governo? Quem acreditava que, pela primeira vez em tempos de crise, fosse possível olhar atentamente para a situação dos mais desfavorecidos e aumentar significativamente as pensões sociais daqueles que não conseguem, pelo seu trabalho, encontrar os meios necessários para acorrer à sua subsistência?

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, a razão fundamental do nosso apoio a este governo está, efectivamente, no facto de ser um governo de continuação da acção política do governo de Sá Carneiro.

E não nos incomodam as críticas a esse governo, por mais duras que sejam, porque nos importa muito mais ter em conta o juízo do eleitorado português, que aprovou e apoiou a acção desse governo nas eleições de 5 de Outubro, do que as vozes da oposição, que continuam a desencadear as críticas mais ferozes contra um governo verdadeiramente nacional, voltado para a resolução dos problemas dos Portugueses, pouco preocupado com a politiquice que se processou ao longo dos governos anteriores e que melhorou efectivamente as condições de vida dos Portugueses.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

O Grupo Parlamentar do PSD congratula-se, Sr. Primeiro-Ministro, por ver neste programa a promessa de que a inflação vai continuar a ser combatida, propondo-se fazê-la descer para a taxa de 16 %, isto é, para uma taxa que se conforma com os níveis que hoje se atingem nos países da Europa, em que nos queremos integrar. Temos a consciência de que este é um objectivo essencial porque é exactamente a inflação a principal responsável pelo agravamento das desigualdades que se verificam nos rendimentos de que dispõem os Portugueses.

E queremos também congratularmo-nos, Sr. Primeiro-Ministro, pelo facto de verificarmos que o Governo continua essencialmente voltado para a resolução dos problemas nacionais, para a melhoria do nível e a qualidade de vida dos Portugueses, para uma melhor distribuição dos rendimentos, em suma, para consagrar no nosso país soluções que tragam cada vez mais igualdade e mais justiça social.

E é perante esta política que nós não podemos deixar de manifestar uma atitude de pouca preocupação, atendendo às críticas dirigidas ao governo da Aliança Democrática no sentido de que é um governo restauracionista de direita, de que é um governo dos monopólios, etc.

Temos a consciência de que a política se conhece essencialmente pelos seus resultados, e os governos que se proclamam de esquerda e de defensores das classes trabalhadoras trouxeram aos trabalhadores, aos cidadãos mais desfavorecidos, mais desigualdades económicas, enquanto que o governo da Aliança Democrática lhes trouxe melhores condições de vida, maiores rendimentos para acorrerem às suas necessidades.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

O Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, estará, portanto, inteiramente solidário com o VII Governo Constitucional, solidariedade essa que significa co-responsabilidade de Governo-Aliança Democrática-grupos parlamentares que a integram, pois todos nós somos responsáveis pelas promessas eleitorais que nos deram a vitória no dia 5 de Outubro.

O nosso apoio e a nossa solidariedade serão um apoio e uma solidariedade exigentes que não estarão, numa atitude passiva de apoio ao Governo, à espera das medidas que ele pretende tomar, mas colaborarão activamente com este, para que se realizem exactamente as promessas eleitorais, para que melhorem sensivelmente as condições de vida do povo português.



Que ninguém espere dos partidos da Aliança Democrática um compromisso total e um monolitismo nas nossas opiniões. Somos partidos democráticos, onde divergir é perfeitamente possível, onde as boas soluções se encontram exactamente através das opiniões diversas que existem no seio dos nossos partidos, das nossas organizações, dentro dos próprios grupos parlamentares e nas relações destes com o Governo.

Nós sabemos que isto é possível e é desejável na fase de formação das nossas opiniões, mas sempre temos sabido ser solidários, sempre temos sabido chegar a soluções conformes quando se trata de tomar posições e decisões.

Que não haja dúvidas da parte de ninguém. A Aliança Democrática continuará solidária e será esse o grande empenhamento do Partido Social-Democrata e do seu grupo parlamentar. A maioria parlamentar continuará solidária com o Governo, porque com ele é responsável pela realização do projecto que nos deu a vitória no dia 5 de Outubro.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Claro! Claro!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: Não temos objecções ao discurso que acaba de ser proferido e entendemos que ele é muito claro na fixação dos objectivos deste Governo, na sequência do discurso de tomada de posse do passado dia 9. Mas não deixaremos, mesmo assim, de formular algumas perguntas para que algumas questões que foram mencionadas nestes documentos possam ser desenvolvidas e possamos nós e o povo português tomar um conhecimento mais perfeito e mais pormenorizado do pensamento político do Governo na acção que vai desenvolver nos próximos quatro anos.

E, em primeiro lugar, Sr. Primeiro-Ministro, nós gostaríamos de saber se o Governo poderá adiantar alguma coisa no que respeita às reformas de estrutura que pensa levar a cabo para que seja possível enfrentar, com mais eficácia, os grandes problemas nacionais que se põem e dos quais depende a melhoria das condições de vida dos Portugueses.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Gostaríamos de saber se é possível adiantar já algumas das medidas que o Governo pensa adoptar no quadro do desenvolvimento da cooperação do Governo Português com os governos dos novos países africanos de expressão oficial portuguesa.

Gostaríamos de saber que reformas estruturais pensa o Governo introduzir para realizar o objectivo — que é um dos objectivos essenciais do Programa deste Governo — de elevar o nível e as condições de vida das populações rurais, dos agricultores, dos trabalhadores agrícolas, para que cesse, ou se vá reduzindo substancialmente, a discriminação de que ainda hoje são alvo e para que o sector agrícola disponha de estruturas que lhe permitam enfrentar, sem grandes dificuldades, o desafio que se lhe vai pôr com a integração do nosso país na Comunidade Económica Europeia.

Sr. Primeiro-Ministro, gostaríamos também de saber se é possível V. Ex.<sup>a</sup> adiantar-nos mais alguma coisa sobre as iniciativas que o Governo tem em

mente para realizar o objectivo — que para nós é também um objectivo essencial — do reforço do Poder Local.

E, finalmente, que medidas concretas pensa o Governo adoptar para que no quadro da política da saúde os Portugueses possam ter, efectiva e realmente, cuidados de saúde de qualidade que lhes permitam, sem grandes delongas, sem dificuldades e com eficácia resolver os seus problemas de saúde? E ainda neste aspecto como pensa o Governo resolver o problema, que consideramos fundamental e que aqui se levanta, do financiamento do sistema de saúde?

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Temos a consciência de que não é possível num discurso de apresentação de um programa de governo dar resposta a todas as questões que se nos levantam, a fim de podermos formular, com consciência e objectivamente, um juízo sobre o Programa do Governo. Sabemos, inclusive, que talvez o Sr. Primeiro-Ministro não possa dar ainda uma resposta completa a todas estas questões, mas também sabemos que o debate se iniciará na terça-feira, e através das intervenções que não deixarão de ser feitas por vários membros do Governo a nossa curiosidade será satisfeita e esta Assembleia poderá fazer uma avaliação clara e objectiva sobre o Programa deste Governo e manifestar-lhe inequivocamente a sua confiança para a acção que irá desenvolver nestes quatro anos.

Sr. Primeiro-Ministro, termino como comecei: pode contar com o apoio inequívoco da parte da bancada do Partido Social-Democrata, como creio que conta com o apoio inequívoco da bancada dos outros parlamentares que integram a Aliança Democrática.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estão suspensos os trabalhos por trinta minutos e, como já tinha anunciado, convoco uma reunião dos grupos parlamentares.

*Eram 19 horas e 25 minutos.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 20 horas e 20 minutos.*

O Sr. Presidente: — V. Ex.<sup>a</sup> deseja usar da palavra, Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria, antes de mais, agradecer as palavras e testemunhos de confiança no Governo que aqui foram proferidos pelos representantes dos partidos da maioria e queria também agradecer àqueles deputados da oposição que ofereceram uma oposição frontal, mas construtiva, e que tiveram palavras de simpatia para comigo, palavras, aliás, amáveis.

Pela contabilidade que efectuámos do número de perguntas feitas depois do meu discurso de apresentação do Programa do Governo, chegámos à conclusão de que elas atingiam o número de 127, número



esse que me parece bastante demonstrativo do interesse que o mesmo discurso teve e das dúvidas legítimas que os Srs. Deputados de todas as bancadas entenderam dever apresentar.

Como é óbvio, não esperarão os Srs. Deputados que eu vá responder a 127 perguntas, ...

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Oxalá que não!

**O Orador:** — ... até porque, como já aqui foi dito, haverá ocasião, durante o debate, de vários membros do Governo intervirem e nessa ocasião responderem a perguntas de carácter mais concreto e mais sectorial que aqui foram feitas.

Queria ainda acrescentar que, como é evidente, o Programa que apresentámos é um Programa para quatro anos, ...

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Não parece!

**O Orador:** — ... e isso significa que é ao longo desse período de quatro anos que escalonaremos as medidas que permitirão cumprir o Programa apresentado.

Não se pense, portanto, que será em 1981 que vamos conseguir, ou mesmo desejar, cumprir um Programa que para nós representa um contrato de legislatura.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo vai seguir a sua política, e não a dos seus adversários, como algumas das intervenções das bancadas da oposição pareciam fazer querer pressupor.

O Governo vai respeitar a oposição, vai cumprir a legislação existente no que respeita ao Estatuto da Oposição — e é bom recordar que o primeiro governo da Aliança Democrática foi o primeiro a dar total cumprimento ao Estatuto da Oposição, aprovado por unanimidade por esta Assembleia bastante antes de o primeiro governo da Aliança Democrática tomar posse. O Governo vai respeitar a oposição, e vai respeitá-la cumprindo a lei e institucionalizando os contactos, estabelecendo um ambiente de diálogo, procurando responder às dezenas largas de requerimentos que são feitos e que nem sempre são respondidos por dificuldades burocráticas — é a tal intervenção excessiva do Estado —, e vai também, como é evidente, responder às perguntas que os Srs. Deputados queiram fazer ao Governo, dentro daquilo que estipula o Regimento.

Entendemos, no entanto, que é através de contactos institucionais, e não de ligações pessoais — que existem, como é evidente, entre muitos de nós e membros da oposição —, que os contactos entre o Governo e a oposição se devem fazer, porque, de contrário, haverá sempre a tendência para privilegiar uns ou outros, para poder dar a entender que o Governo tem preferência por certos grupos ou facções dentro de partidos da oposição, e não é essa a nossa intenção. Queremos dar-nos bem com todos, e a melhor maneira de o fazer é precisamente pela via institucional.

**Vozes do PSD e do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — E queria também esclarecê-los, Srs. Deputados — para que possam dormir tranquilos —, de que o Governo vai respeitar a Constituição.

Em parte alguma do Programa que apresentámos dizemos que não obedeceríamos aos preceitos constitucionais. Isso não está escrito e apenas apontámos que existem, em nossa opinião, preceitos que, nesta conjuntura e neste momento, se revelam como anti-democráticos. Mas, visto que é da Assembleia da República que depende a revisão constitucional, a Aliança Democrática apresentará, obviamente e a tempo, o seu programa de reforma constitucional e será dessa reforma constitucional que tentaremos, por consenso se possível — e esperamos que ele seja possível —, chegar a conclusões sobre aquilo que consideramos entravador da democracia plena a que todos aspiramos, segundo creio.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo vai respeitar a Constituição, quer o seu texto actual, quer aquele que resultar da reforma constitucional. A revisão constitucional é uma tarefa que nós deve empenhar na medida em que, neste momento, em Portugal, isso significa cumprir a Constituição. Terminou o período de quatro anos resultante do Pacto MFA/Partidos e a nossa obrigação — principalmente de todos vós deputados — é de cumprir o texto constitucional, revendo-o.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Direi que a maioria, por tudo isto, não é nem pode ser um poder absoluto, mas sim um poder democrático. E é por ser um poder democrático que deve ser fiscalizado. Mas também afirmo, com a mesma firmeza e sinceridade, que ao vencermos as eleições assumimos clara e democraticamente o poder, tarefa que tencionamos cumprir até ao fim do nosso mandato. Não seremos nunca oposição à oposição, mas a oposição, que é minoritária, também não detém o poder absoluto, é bom que isto fique claro.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Pareceu-me particularmente inquietante que a moção de rejeição apresentada pela Frente Republicana e Socialista tivesse sido entregue na Mesa antes de eu ter tido ensejo de prestar estes esclarecimentos, mas mais inquietante ainda me pareceu o facto de às 19 horas e 11 minutos — tomei nota da hora — o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ter invocado fundamentos para a moção de rejeição que nada têm a ver com os fundamentos incluídos no texto apresentado às 15 horas e 28 minutos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não compreendo se são duas moções se é uma só! De qualquer modo, trata-se de um problema do Regimento da Assembleia e eu nada tenho a ver com isso.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Estranhei ainda certas referências ao poder civil e às forças armadas. Para nós o que é

indispensável — e julgo que também para todos aqueles que estão interessados na democracia plena — é pôr termo à cisão actualmente existente. Para nós, o que conta é a unidade do poder político exercida através de órgãos democraticamente eleitos. Por isso não compreendi muito bem essas referências, não compreendi muito bem se o Sr. Deputado do Partido Socialista queria que a Assembleia da República absorvesse as forças armadas ou mandasse nelas. Seja como for, poderá ficar descansado nessa sua súbita propensão militarista...

*Risos.*

...na medida em que parte substancial das competências e atribuições do Conselho da Revolução será transferida para a Assembleia da República.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** A sociedade civil, que defendemos e que foi aqui abordada de diversas maneiras, não se circunscreve à iniciativa privada económica.

Quando falamos de iniciativa privada, falamos da possibilidade de os particulares poderem tomar iniciativas em todos os campos que lhes interessem, não contra o Estado mas ao lado do Estado, contribuindo para que a sociedade portuguesa funcione, viva e cresça da melhor maneira com uma melhor qualidade de vida.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** O que pretendemos é que as diversas forças sociais, as cooperativas, o associativismo na sua forma mais ampla, possam florescer neste país e isso não é possível com uma permanente intervenção do Estado.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!**

**O Orador: —** Disse na minha intervenção inicial que «desenvolver e libertar a sociedade civil era uma maneira de reforçar o próprio Estado». Se o Estado intervém, como parece ressaltar de algumas palavras aqui proferidas, como burocracia, como lentidão, como intromissão, nós dizemos que isso não é aceitável nem conveniente para a sociedade portuguesa. Se por intervenção do Estado se entende, pelo contrário, garantia e apoio necessário, dizemos sim. Ainda o demonstrámos recentemente quando não recuámos perante duas catástrofes nacionais: a geada na Beira e em Trás-os-Montes e a seca do Outono. A nossa ideia é essa e é isso que procuraremos defender durante o nosso mandato.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** Dizemos também sim a um Governo que só aceitará pressões quando elas forem legitimamente apresentadas. O Governo não aceitará pressões do tipo — venham donde vierem, venham de grupos de um lado ou do outro — que o Estado não possa aceitar.

Um Governo empenhado no bem-estar dos Portugueses, na correcção das assimetrias regionais — esta frase já entrou nos hábitos da nossa linguagem política mas é sempre bom recordá-la e pensar um pouco

naquilo que ela significa em relação ao interior do País e em relação a determinadas zonas das cidades onde vemos portugueses e portuguesas, crianças e velhos a viver em condições degradadas. Pensamos que a melhor maneira de combater esta situação é dar possibilidades a essas pessoas de por elas próprias resolver os seus problemas. Bem-estar que, por tudo isto, não pode ser perspectivado nem reduzido ao prazo de um ano, como pareceu decorrer da intervenção do Sr. Deputado do MDP/CDE.

O bem-estar dos Portugueses passa por vários sectores, sendo um deles — conforme foi aqui referido por mais de uma vez — o da saúde. O Serviço Nacional de Saúde terá de ser uma realidade entre nós, realidade que, por definição, impõe realismo e uma progressiva adopção de medidas que o governo durante o seu mandato irá implementar. No entanto, talvez seja útil acrescentar — para não continuarmos a usar palavras, que em vez de resolverem os graves problemas da saúde, servem muitas vezes para os complicar — que há que ter em consideração três linhas de força: uma primeira consiste na formulação do financiamento do sistema de saúde, de acordo com o princípio de que todos os cidadãos devem participar nos gastos de saúde de acordo com as suas disponibilidades, ficando apenas isentos aqueles que não possam pagar; uma segunda linha de força consiste na introdução de medidas de gestão no tocante a recursos humanos e financeiros, sob pena de se tornar inviável qualquer modelo de sistema de serviço nacional de saúde; uma terceira linha baseia-se na adopção de medidas que permitam um real aproveitamento dos sectores público e privado — as duas grandes realidades existentes entre nós — de forma a evitar, quer a estatização total na prestação de cuidados de saúde, quer a comercialização dos mesmos com os seus reflexos sócios-económicos.

Bem-estar dos Portugueses que passa também pelo controle da inflação e pelo crescimento da economia — e aí, como o Sr. Deputado do Partido Comunista usou uma frase popular, responder-lhe-ia com outra: parece que o PCP quer sol na eira e chuva no nabal. O PCP quer a limitação do défice da balança externa e quer ao mesmo tempo um aumento ilimitado do produto, quer a redução dos preços e quer a salvação das empresas públicas. Aliás, o PCP por vezes também se engana. O ano passado foi aqui dito por um deputado comunista — que não se encontra agora naquelas bancadas — que o défice da balança de pagamentos ia ser de 1 bilião e 200 000 dólares, quando, pelas contas que temos, o défice não vai chegar a 800 milhões de dólares.

Queria ainda, Sr. Presidente e Srs. Deputados, referir alguns outros temas que foram abordados. Um deles é o da liberdade sindical. Afirmando que o Governo respeitará a liberdade sindical.

Esperamos — reafirmando as minhas palavras da intervenção inicial — que os parceiros sociais adquiram por si próprios, e essa será outra vitória da sociedade civil, a autonomia colectiva necessária para que possam entre si criar os instrumentos possíveis e necessários para que se consiga viver neste país em regime de contrato social. A liberdade sindical, que não implica unicidade, não limitará os direitos dos trabalhadores e vai permitir que os sindicatos e as comissões de trabalhadores, independentes do poder

político partidário, estejam ao serviço dos interesses dos trabalhadores e das empresas.

Quanto à nossa adesão à CEE, foram aqui referidas várias matérias e eu começaria por dizer que, no que respeita ao calendário da adesão, continuaremos a lutar para que as datas sejam cumpridas. Estamos conscientes de que não depende apenas de nós que o calendário seja cumprido — até porque está em curso uma tarefa de reestruturação no seio da própria Comunidade —, mas do nosso lado lutaremos pelo cumprimento daquilo que está acordado. Essa será a melhor maneira de, perante os Portugueses, nos responsabilizarmos, e de responsabilizar aqueles que possam ter a culpa num eventual atraso.

Em resposta a algumas das questões, acrescentarei que será necessário promover, dinamizar e mobilizar os Portugueses para as tarefas de integração. Reconhece-se que muito há a fazer neste campo. O processo a introduzir tem de ser rápido e o Programa do Governo é claro neste ponto quando afirma que é intenção do Governo tomar diversas iniciativas das quais salientaria: o diálogo e troca de informações com os parceiros sociais e com a Assembleia da República, através da Comissão Parlamentar para a Integração Europeia, e a organização de debates com os sectores e as pessoas mais directamente interessadas no assunto e que vão desde a Universidade às organizações culturais passando, como é evidente, pelas actividades industriais, agrícolas e de serviços.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** Haverá que, por outro lado, avançar na tarefa de adequação do sistema económico português ao Mercado Comum, às comunidades europeias. É preciso alterar o actual sistema de presença do Estado na vida económica — voltamos ao problema do intervencionismo — e tentar encontrar um sistema em que as forças do mercado, a iniciativa privada e o sector cooperativo tenham um lugar privilegiado.

O processo de integração europeia poderá colocar dificuldades às empresas portuguesas mal dimensionadas, com pouca produtividade e tecnologicamente atrasadas. Estes inconvenientes serão largamente compensados através do lançamento de novas empreendimentos vocacionados para o mercado europeu, e da reconversão das empresas existentes. Aproveito para recordar as acções comuns, que foram negociadas durante o ano passado, e que terão efeitos este ano, nas quais se refere precisamente a recuperação das pequenas e médias empresas industriais.

Foi também abordado por vários Srs. Deputados o problema da juventude e do primeiro emprego. Direi que esta matéria envolve aspectos interdisciplinares, pelo que não se pode pensar que a problemática da juventude venha a ser tratada apenas pela Secretaria de Estado da Juventude e Educação. É um assunto que envolve vários departamentos do Estado e por isso mesmo o Governo vai criar, em princípio na dependência do Ministério da Qualidade de Vida, uma comissão interministerial que permita estudar, equacionar e resolver os problemas da juventude. Os objectivos são claros: por um lado, criação de bolsas de formação e estágios remunerados com vista a uma melhor inserção no mundo do trabalho e, por outro lado, apoiando a empresa, através, por exemplo, de isenções fiscais da cedência de monitores e de facilita-

des de equipamento. Já houve, aliás, através de um acordo entre o Ministério da Educação e Ciência e o Ministério do Trabalho, experiências deste tipo na fábrica de Braço de Prata e na Setenave, sendo nossa intenção alargá-los.

O problema da habitação dos jovens e da respectiva renda de casa terá de ser encarado e resolvido. O jovem casal não tem geralmente o capital de entrada que é preciso para comprar casa própria; por isso vamos tentar criar um esquema de crédito para a aquisição de casa própria por jovens casais que constituam família.

Os problemas da juventude têm ainda grandes reflexos no acesso ao ensino superior, no funcionamento do ensino politécnico, na criação de técnicos adequados para o desenvolvimento do País, na resolução do desemprego dos recém-licenciados para melhor adequação dos cursos ao mundo laboral e, por outro lado, na adequação da parte terminal do ensino secundário à preparação profissional para mais fácil transição para o mundo do trabalho. Todos estes aspectos serão considerados.

Finalmente, quanto à ocupação dos tempos livres, a possibilidade de se realizarem tarefas pela juventude nos períodos de férias, a criação de hábitos de trabalho, o conhecimento dos problemas do mundo do trabalho são objectivos a alcançar.

Alguns desses objectivos já foram também postos em execução, em regime experimental, durante o passado Verão, e os resultados foram amplamente positivos, pelo que seguiremos nesse caminho.

Foi aqui também referido o problema da família e a sua ou não sectorização. Queria esclarecer que, existindo já uma comissão interministerial para a família que engloba diversos departamentos do Estado, a intenção óbvia não é a de compartimentar o departamento do Estado e do Governo relativo à família, mas pelo contrário é a de permitir também a sua penetração horizontal, porque todos nós estamos completamente conscientes da importância da família não apenas no sector económico, mas também e até principalmente no sector social.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, foram aqui levantadas outras questões entre elas a do território de Macau. Quanto ao território de Macau sob administração portuguesa, o Governo e a sua maioria parlamentar estão abertos a conceder todo o apoio necessário à promoção do seu progresso cultural e material, à preservação das raízes seculares de boa vizinhança entre os povos de Macau e da República Popular da China e à discussão de um novo estatuto orgânico do território, num clima de consulta sobre todas as providências que tenham incidência nos interesses e aspirações da população local — tudo no respeito dos preceitos constitucionais vigentes.

Em termos de política externa, para além de o Sr. Deputado da UDP ter revelado mais conhecimentos dos interesses dos Americanos do que o próprio Governo...

**O Sr. Mário Tomé (UDP): —** Eu revelo-os!

**O Orador: —** ..., queria apenas acrescentar que, relativamente a uma pergunta feita quanto à cooperação com os países africanos, 1980 foi já, em termos globais, o ano de maior cooperação com os países

africanos de expressão oficial portuguesa e que em 1981, tudo o indica, essa cooperação se alargará ainda mais.

Angola, por exemplo, pediu 970 professores e Portugal, através dos departamentos estaduais adequados, obteve um total de cerca de 800. Só ainda não seguiram todos a pedido do Estado de Angola, por aí faltarem instalações.

Está prevista para Fevereiro a deslocação a Moçambique de uma larga missão chefiada por um membro do Governo. Há pleno acordo entre os Governos de Portugal e de Moçambique para que essa missão se desloque a Moçambique.

Os Governos de Cabo Verde e da Guiné manifestaram publicamente o seu apreço pelas acções de cooperação realizadas em 1980 e em 1981 haverá um alargamento dessa cooperação, nomeadamente uma participação de Portugal na construção do porto da Praia. Por isso não se diga que a cooperação não tem sido alargada; pelo contrário, ela tem-no sido e vai continuar a sê-lo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A hora vai tardia e vou terminar. No entanto, queria apenas responder a uma pergunta bastante pessoal do Sr. Deputado Salgado Zenha: em que Pinto Balsemão é que devemos acreditar? Dir-lhe-ia que num só: o mesmo, que é sempre o mesmo, quer seja deputado, quer seja Primeiro-Ministro.

Apesar do meu alegado precário conhecimento do mundo, entendo aliás que o problema não é de pessoas, é acima de tudo de regras. E quem manteve o corporativismo depois do 25 de Abril não fomos nós!

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

O Orador: — Queria ainda e para terminar, Sr. Presidente e Srs. Deputados — já que estamos em matéria de etiquetas —, referir-me a algumas das expressões com que o Governo foi lisonjeado ao longo das intervenções que acabámos de ouvir.

Em primeiro lugar, o Governo foi tratado de «Governo sombra» e de «Governo fantasma». Dispensso-me de fazer comentários a este tipo de qualificação. No entanto, direi que me preocupa um pouco este tipo de problema freudiano levantado pelo Partido Comunista Português, na medida em que me parece que os problemas de «sombros» e de «fantasmas» se colocam mais na bancada do PCP — a sombra dos deputados que perderam, o fantasma ou o medo do Governo.

**Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!**

O Orador: — Uma outra afirmação foi a de «Governo de continuidade». Com certeza, é a mesma maioria agora reforçada, é o mesmo projecto. «Continuidade», claro, na perspectiva de quatro anos com um estilo de governo próprio disposto a enfrentar as questões graves e novas que se colocam ao nosso país neste início da década de 80. Mas «Governo de continuidade», com certeza.

«Governo neoliberal» foi uma outra acusação que nos foi feita. Não creio que este qualificativo esteja certo. Não é essa a doutrina de qualquer dos três

partidos que compõem a Aliança Democrática, não é essa a nossa preocupação e não são essas as prioridades que atribuímos à justiça social, à qualidade de vida, à melhoria do nível de vida dos Portugueses. Nós, Aliança Democrática, durante o ano de 1980, demonstrámos como podíamos governar e as nossas preocupações não se encaminharam para o neoliberalismo. Pelo contrário, encaminharam-se para tentar melhorar o rendimento e o poder de compra dos Portugueses, sobretudo daqueles que mais necessitavam,...

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

O Orador: — ... e foi por isso que controlámos a inflação, que baixámos os impostos e que aumentámos duas vezes as pensões sociais.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

O Orador: — Não precisámos para tal de pôr o socialismo na gaveta, não precisámos de o pôr na gaveta para fazer justiça social.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

*Risos do Sr. Deputado Salgado Zenha.*

O Orador: — «Governo de transição» foi outra afirmação aqui feita. Não creio que assim seja e expliquei aquando da minha intervenção o porquê. Não vejo qualquer razão para que o Presidente da República dissolva a Assembleia ou demita o Governo existindo uma maioria estável. Não vejo qualquer razão, pelo contrário — as intervenções aqui feitas só o vêm confirmar —, para que a Aliança Democrática se dissolva.

O Governo cumprirá, a Aliança Democrática cumprirá e por isso o Governo não será de transição. Será, sim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e com estas palavras termino, um Governo da Aliança Democrática, um Governo da maioria parlamentar, um Governo democrático de Portugal, baseado num programa eleitoral aprovado por três partidos que mantêm a sua individualidade, um Governo nacional eleito pelo povo português, que por isso para ele vai durante quatro anos trabalhar.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de encerrar a sessão, cumpre-me informar a Câmara que, no decurso da sessão de hoje, foram apresentados na Mesa dois pedidos de inquérito parlamentar um subscrito pelos Srs. Deputados dos partidos que integram a FRS, e outro subscrito pelos Srs. Deputados dos partidos que integram a AD, qualquer deles visando a instauração de um inquérito à comunicação social que, por estarem limitados no seu âmbito, foram admitidos e ordenada a sua publicação. Serão oportunamente discutidos.

Srs. Deputados, os trabalhos continuam na próxima terça-feira, à 10 horas, com o início do debate sobre o Programa do Governo.

Está encerrada a sessão.

*Eram 20 horas e 50 minutos.*

*Deputados que entraram durante a sessão:***Partido Social-Democrata (PSD)**

Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.  
 Amélia Cavaleiro M. de Andrade Azevedo.  
 Américo Abreu Dias.  
 António Alberto Correia Cabecinha.  
 António Maria de O. Ourique Mendes.  
 Armando Costa.  
 Arménio dos Santos.  
 Eleutério Manuel Alves.  
 Fernando José da Costa.  
 José Adriano Gago Vitorino.  
 Manuel António Araújo dos Santos.  
 Maria Adelaide S. de Almeida Paiva.  
 Maria Helena do Rego C. Salema Roseta.  
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.  
 Pedro Miguel Santana Lopes.  
 Rui Alberto Barradas do Amaral.

**Partido Socialista (PS)**

Alberto Arons Braga de Carvalho.  
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
 António de Almeida Santos.  
 António José Sanches Esteves.  
 António Manuel de Oliveira Guterres.  
 António Janeiro.  
 António Marques Ribeiro Reis.  
 António de Sousa Gomes.  
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.  
 Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Fernando Torres Marinho.  
 Francisco Manuel Marcelo Curto.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 João Francisco Ludovico da Costa.  
 Joaquim José Catanho Menezes.  
 José Manuel Nisa Antunes Mendes.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Luís Filipe Nascimento Madeira.  
 Luís Nunes de Almeida.  
 Luís Patrão.  
 Manuel da Mata de Cáceres.  
 Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.  
 Mário Alberto Lopes Soares.  
 Raul d'Assunção Pimenta Rego.  
 Rui Fernando Pereira Mateus.  
 Teófilo Carvalho dos Santos.  
 Victor Brás.  
 Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Adriano José Alves Moreira.  
 Alvaro Manuel M. Brandão Estevão.  
 Américo Maria Coelho Gomes de Sá.  
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.  
 Francisco António Lucas Pires.  
 Isilda da Silva Barata.  
 João Gomes de Abreu de Lima.  
 João da Silva Mendes Morgado.  
 José Augusto Gama.  
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.  
 Luís Carlos C. Veloso Sampaio.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Rogério Ferreira Monção Leão.  
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.  
 Ruy Garcia de Oliveira.

**Partido Comunista Português (PCP)**

António Dias Lourenço da Silva.  
 Carlos Alfredo Brito.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.  
 Fernando de Almeida Sousa Marques.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Georgete de Oliveira.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 Joaquim Victor Gomes de Sá.  
 Jorge do Carmo da Silva Leite.  
 José Manuel da Costa Carreira Marques.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Vital Martins Moreira.

**União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)**

Maria Teresa Santa Clara Gomes.

*Deputados que faltaram à sessão:***Partido Social-Democrata (PSD)**

António Augusto Lacerda de Queirós.  
 Dinah Serrão Alhandra.  
 Fernando José F. Fleming de Oliveira.  
 Fernando José Sequeira Roriz.  
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.  
 José Theodoro da Silva.  
 Júlio Lemos Castro Caldas.  
 Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.

**Partido Socialista (PS)**

António Azevedo Gomes.  
 António Cândido Miranda Macedo.  
 António Fernandes da Fonseca.  
 António Manuel Maldonado Gonelha  
 Armando dos Santos Lopes.  
 Beatriz Cal Brandão.  
 Bento Elísio de Azevedo.  
 Carlos Manuel Natividade Costa Candal.  
 Fausto Sacramento Marques.  
 José Luís Amaral Nunes.  
 Luís Silvério Gonçalves Saias.  
 Manuel José Bragança Tender.  
 Mário Manuel Cal Brandão.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Adalberto Neiva de Oliveira.  
 Armando Domingos L. Ribeiro de Oliveira.  
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.  
 Francisco G. Cavaleiro de Ferreira.  
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.  
 José Girão Pereira.  
 Luís Filipe Paes Beiroco.  
 Mário Gaioso Henriques.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Alvaro Barreirinhas Cunhal.

**Ação Social-Democrata Independente (ASDI)**

António Luciano P. Sousa Franco.  
 Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.

O REDACTOR DE 1.ª CLASSE, *Armindo Augusto Afonso*.

**PREÇO DESTES NÚMEROS 32\$00**

---

**IMPRESA NACIONAL-CASA DA MORMA**